

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Este livro foi disponibilizado pelo(a) autor(a) para **fins educacionais, não comerciais**, sob a licença Creative Commons 3.0 by-nc-nd. Pode ser acessado e copiado a partir do site do **Instituto Paulo Freire** (<http://www.paulofreire.org>), seção Editora e Livraria Instituto Paulo Freire e Centro de Referência Paulo Freire.

Com a licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Brasil (by-nc-nd),

Você tem a liberdade de:



Compartilhar — copiar, distribuir e transmitir a obra.

Sob as seguintes condições:



Atribuição - Você deve creditar a obra da forma especificada pelo autor ou licenciante (mas não de maneira que sugira que estes concedem qualquer aval a você ou ao seu uso da obra).



Uso não-comercial - Você não pode usar esta obra para fins comerciais.



Vedada a criação de obras derivadas - Você não pode alterar, transformar ou criar em cima desta obra.

Para mais informações sobre a licença, acesse:

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>

Este livro pertence ao catálogo da Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. Caso tenha interesse em adquiri-lo em sua versão impressa, favor entrar em contato com:

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | Alto da Lapa
05061-100 | São Paulo | SP | Brasil
T/F: 11 3021 1168
editora@paulofreire.org
livraria@paulofreire.org
www.paulofreire.org

ONGs e escolas públicas

Uma relação em construção



Salete Valesan Camba

responsabilidade solidariedade. Pensar com consciência, ação diversidades cultural sentido É a interconexão (históricas, sociais, ambientais) Terra relações (seres humanos), natureza interdependência direi

Série

Cidadania
Planetária 2

ONGs e escolas públicas

Uma relação em construção

Salete Valesan Camba

ONGs e escolas públicas

Uma relação em construção



A série *Cidadania Planetária* faz referência ao sonho de uma comunidade humana una e diversa tendo por base uma visão da Terra como uma única nação. Ela implica entender a interdependência, a interconexão, o trabalho em redes e movimentos. É, por excelência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena, não apenas em relação aos direitos humanos, mas também em relação aos direitos do planeta Terra como um ser vivo e em evolução.

Salete Valesan Camba

São Paulo, 2009

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire



Moacir Gadotti	Presidente do Conselho Deliberativo
Alexandre Munck	Diretor Administrativo-Financeiro
Ângela Antunes	Diretora Pedagógica
Paulo Roberto Padilha	Diretor de Desenvolvimento Institucional
Salete Valesan Camba	Diretora de Relações Institucionais
Kathia Dudyk	Secretária de Mobilização Social
Janaina Abreu	Coordenadora Gráfico-Editorial
Lina Rosa	Preparadora de Textos
Carlos Coelho	Revisor
Márcia Leite	Capa
Ana Muriel	Projeto Gráfico
Renato Pires	Diagramação e Arte-final
Nova Letra Gráfica e Editora	Impressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Camba, Salete Valesan
ONGs e escolas públicas : uma relação em construção / Salete Valesan
Camba. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Cidadania planetária ; 2)

Bibliografia.
ISBN: 978-85-61910-38-9

1. Comunidade e escola 2. Educação – Finalidades e objetivos 3. Escolas públicas 4. Organizações Não Governamentais 5. Terceiro setor I. Título. II. Série.

09-11519

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. ONGs e escolas públicas : Educação para a
responsabilidade social 370.115

Copyright 2009 © Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | 05061-100 | São Paulo | SP | Brasil | T: 11 3021 1168
editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org | www.paulofreire.org

09 Apresentação

25 Capítulo 1

As ONGs e suas áreas de atuação

- 25 1.1 O que é uma ONG
- 30 1.2 Área de atuação das ONGs
- 35 1.3 ONGs e Terceiro Setor
- 38 1.4 Novos desafios

45 Capítulo 2

A atuação educacional das ONGs

- 46 2.1 ONGs, sociedade civil e esfera pública
- 53 2.2 As ONGs e a educação

73 Capítulo 3

Relação das ONGs com a escola pública

- 75 3.1 Perfil das ONGs entrevistadas
- 93 3.2 O que dizem os dirigentes das ONGs

109 Considerações finais

Uma relação em construção

121 Referências

No mundo todo, irmanados pelos princípios do Fórum Social Mundial (FSM) e do Fórum Mundial de Educação (FME), educadoras e educadores unem forças em torno de uma plataforma de lutas que defenda a educação como direito social inalienável, nunca reduzida à condição de mercadoria.

No Brasil, a garantia do acesso ao ensino público e à educação de qualidade para todos tem sido a grande bandeira de luta dos profissionais da educação. A educação brasileira viveu momentos de profundo descaso pelo poder público e, embora o contexto político nacional tenha mudado, ainda estamos longe de afirmar que ela vive “novos tempos”. Nesse contexto, as organizações da sociedade civil ampliaram seu âmbito de atuação, passando das ruas e dos espaços das comunidades para o lado de dentro dos muros escolares. Com programas e projetos, em parcerias ou independentes, as Organizações Não Governamentais (ONGs) passam a atender a comunidade escolar em ações dentro e fora da escola.

Diante desse quadro, podemos nos perguntar: estaremos hoje assistindo ao despertar de um novo paradigma educacional, onde a sociedade indica novos rumos para a educação pública, ou estaremos assistindo à falência de uma política educacional a espera de um parceiro que tome em suas mãos a responsabilidade pela educação do nosso país? Qual é o papel da sociedade civil diante da escola

Este livro é resultado da participação da autora na pesquisa *A parceria ONG-escola*, de novembro de 2000 a maio de 2001. Essa pesquisa foi desenvolvida em parceria entre o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP-Uerj), a ONG Projeto Roda Viva e o Instituto C&A, de âmbito nacional, realizada em cinco capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Goiânia.

A autora ficou responsável por entrevistar 24 ONGs na cidade de São Paulo, que resultaram em sua pesquisa de mestrado, realizada na Feusp e apresentada, no ano de 2004 à Banca Examinadora, constituída pelos professores doutores Moacir Gadotti (orientador), Rosângela Gavioli Prieto e Lisete Regina Gomes Arelaro.

É intenção da autora retomar oportunamente o estudo dessa relação ONGs e escola pública apontando os avanços e retrocessos ocorridos na primeira década do século 21. A monografia original pode ser consultada em: <http://www.paulo-freire.org/Crpf/WebHome>.

Por um acordo entre pesquisadores e representantes das ONGs e Instituições, a autoria dos depoimentos não é aqui publicada.

pública? Qual é o papel das ONGs? Que tipo de interferência exercem as ONGs nas escolas públicas? Moacir Gadotti (1992, p. 66) nos diz que, num regime democrático, não se espera que “a sociedade civil tenha uma participação acrítica porque justamente sua força está na capacidade crítica e na pressão. Só assim o movimento social dará uma contribuição substantiva ao movimento democrático”.

Não se pode negar que a sociedade civil tem participado de importantes avanços, ou melhor, tem provocado, por meio de suas ações, inúmeros avanços no atendimento às escolas públicas. Porém, até que ponto a interferência direta das ONGs na escola contribui efetivamente no processo de ensino-aprendizagem e qual é o limite da sua participação? Parece que não se encontra definida a forma de participação e, quando não se define, tudo pode ser permitido, até a privatização da educação.

A decisão de pesquisar a relação das ONGs com a escola pública foi resultado da minha trajetória como educadora na educação formal, na rede pública e privada, e na educação não formal, movimentos comunitários, programas e projetos de ONGs. Como educadora da rede municipal de São Paulo, participei do movimento de democratização da escola pública, implantado pelo educador Paulo Freire (1921-1997) em sua gestão como secretário municipal de educação (1989-1991) no governo de Luiza Erundina, onde as discussões sobre Gestão Democrática da Escola e a implantação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) redirecionaram meu olhar para a importância da participação da comunidade na escola. É importante lembrar que Paulo Freire anteviu essa mudança no papel da sociedade civil e das ONGs, com a criação dos Centros de Cultura Popular (CPCs), na década de 1950, e,

mais tarde, com a criação do MOVA, em 1989.

Falar da relação entre Organização Não Governamental e escola pública não significa dizer da relação com a direção da escola como uma instituição. Essa relação pode ser articulada pelo Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres (APM), alunos, professores e comunidade. A leitura e re-leitura dos livros da professora Maria da Glória Gohn, da Unicamp, foi fundamental para compreender como se dá essa relação e como ela foi-se construindo ao longo da nossa história de lutas dos movimentos sociais.

Meu trabalho com ONGs se iniciou em 1993, em Pindamonhangaba (SP), onde participei, até 1997, de um Programa do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac), inicialmente em parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), depois com o Ministério da Educação (MEC) e com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (Seesp). Um dos objetivos do programa era o fortalecimento das comunidades por meio da criação do Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social, formado pelos diversos segmentos da sociedade. Por meio do Conselho, as comunidades estabeleciam a parceria com o Programa e se responsabilizavam pelo desenvolvimento dos projetos juntamente com o Ibeac. Dentro do Programa, o projeto mais desenvolvido em todos os conselhos era o de alfabetização de jovens e adultos, onde atuei como coordenadora pedagógica local e supervisora da região do Vale do Paraíba. O desafio era desenvolver e estimular os conselhos comunitários para que assumissem nas comunidades, nos municípios um trabalho, para além de alfabetizar, que possibilitasse o respeito e o fortalecimento da cultura e da ação social dos jovens e adultos.

Esse projeto despertou a minha inquietude e a pergunta: como se dá a relação de uma instituição não governamental – Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac) – com o conselho comunitário e com a escola pública? O Ibeac é uma organização que estimula as comunidades a criarem os conselhos comunitários e estabelecerem uma relação de parceria para ter o programa, e esses conselhos estabelecem uma relação de parceria com as escolas públicas para poder certificar os alunos. Ao mesmo tempo em que tudo me parecia muito óbvio e normal, a pergunta permanecia: afinal, de quem é a responsabilidade da educação? Não estaríamos fazendo o papel do Estado? Qual era a justificativa para realizar um trabalho que é considerado dever do Estado e direito do cidadão?

Simultaneamente ao trabalho com o Ibeac, atuava como educadora da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, no curso de magistério. Muitas eram as discussões: escola padrão, gestão democrática, plano decenal, nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), conselhos de escola, conselhos municipais, descentralização, municipalização... E muitos eram os desafios dos educadores que tinham como bandeira de luta “uma escola pública de qualidade e para todos”. Um grande desafio foi constituir o Conselho Municipal de Educação de Pindamonhangaba, no qual participei como conselheira e, no período de 1994 a 1998, a nossa luta foi para a aprovação do regimento pela prefeitura e a efetiva atuação do Conselho no município.

No final de 1998 e início de 1999, sempre em contato com o trabalho de instituições e associações, e com pouca clareza do que era o Terceiro Setor, a sociedade civil organizada, as ONGs, as associações e suas participações nos trabalhos com as comunidades e com as escolas, conheci a

proposta do *Programa Crer Para Ver*, uma parceria da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e da empresa Natura Cosméticos, que apoiava projetos na área da educação. Com a ideia de pensar em um programa ou em um projeto, motivada pelo desenvolvimento do trabalho da Fundação Abrinq, retomei a reflexão sobre a relação com a escola pública. Como as fundações e as instituições se relacionavam com as escolas? Como elas chegavam nas escolas?

Naquele momento, eu estava na rede estadual e, ao fazer contato com a Fundação Abrinq, fui informada de que não poderia encaminhar nenhum projeto como pessoa física, nem como Estado e nem como Prefeitura, mas que teria que ser por uma ONG, ou por uma APM, e que também não poderia estar atuando em nenhuma das redes públicas.

Nascia, então, a possibilidade de desenvolver um trabalho que já vinha sendo cobrado do Estado e do Município há uns quatro anos e nada acontecia.

Com a clareza de que esse trabalho é de responsabilidade do Estado e do Município e com a certeza de que nada aconteceria se a comunidade não lutasse por essa causa, reuni um grupo de professores com a direção de uma das escolas estaduais responsável por 11 escolas rurais e iniciamos a construção do projeto. Visitamos todas as escolas, conversamos com todos os professores, alunos e alguns pais, e levantamos as dificuldades e necessidades de cada uma. Foi um momento muito difícil. Tínhamos conhecimento da situação de algumas das escolas, porém o estado de abandono físico e humano com o qual nos deparamos foi deprimente. Foram anos de descaso das autoridades competentes. Fizemos uma reunião com a APM da Escola Estadual Alzira Franco para apresentar a

proposta e resolvemos encaminhar um projeto para o Programa Crer Para Ver da Abrinq e Natura. Assim, o projeto **Rural Vivo** foi desenvolvido em 16 escolas rurais da Rede Estadual de Ensino, no município de Pindamonhangaba.

Essa foi uma das grandes motivações que me levou a querer entender melhor esse processo e a discutir essa temática de como é que as ONGs se relacionam com a escola pública. Como elas participam da vida escolar? Onde elas entram, em que ações? Como atuam nas escolas públicas? E também observar qual é o resultado dessa relação. Cabe ressaltar que, para viabilizar o projeto Rural Vivo, não era uma ONG que estava fazendo parceria com a Fundação Abrinq, e sim uma APM, fato esse que me fez refletir novamente sobre as relações que se estabelecem e como elas se estabelecem.

Ao buscar compreender o que era uma ONG, comecei a trabalhar com a ideia de buscar fundamentação para minhas questões por meio de estudos. Enfim, conceituar ONG não é tão simples assim.

Fui me aproximando mais de trabalhos desenvolvidos por ONGs e outras entidades, no processo de formação que o Programa Crer Para Ver oferece aos coordenadores dos projetos aos quais ele apoia. Dentro desse Programa acontecem encontros semestrais de todos os projetos. Passei então a ampliar o meu universo de observação e de possibilidades de respostas para minhas inquietações. Escolas do estado de São Paulo e de outros estados do Brasil e também muitas ONGs que tinham parceria com essas escolas participavam dos encontros. Passamos a construir uma rede que tinha como pauta a luta pela educação pública. Com a experiência de estar numa outra esfera pública, vivenciei o significado de público e privado e de outras

esferas de poder.

O projeto **Rural Vivo** foi meu grande impulsionador, e por meio dele também será possível, ao final, tecer minhas considerações.

Com a questão da municipalização na pauta de todas as discussões da educação e com a decisão do governo estadual (na época, de Mário Covas) de intensificar o plano de descentralização, pautado nos acordos com os municípios, para que assumissem, “de forma parceira”, a modalidade do ensino fundamental, decidi ampliar o meu campo de estudos e debates para além das escolas, sindicatos e congressos.

Em 1999, busquei na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp) esse novo espaço de discussão, onde participei de duas disciplinas da pós-graduação como ouvinte. Ouvinte era apenas a categoria que me possibilitou participar das disciplinas, porém, a relação que se estabeleceu com o grupo e com os professores era de participação ativa. Uma das disciplinas foi ministrada pela professora Lisete Arelaro que, com as discussões sobre o Estado e as políticas públicas, contribuiu para minha decisão em apresentar o projeto de pesquisa no processo de seleção para mestrado naquela instituição de ensino. Os estudos e discussões sobre questões relacionadas às políticas públicas, motivados pela professora Lisete em suas aulas, desvelavam cada vez mais o contexto do Estado mínimo neoliberal e sua determinação de passar para a sociedade civil responsabilidades e compromissos que são seus. E as perguntas eram: qual é o papel do Estado em relação à escola pública? Se a escola pública é de responsabilidade do Estado, qual é nosso papel com o Rural Vivo?

Foi muito importante participar dessa disciplina, tanto

para o meu trabalho de pesquisa quanto para o projeto Rural Vivo que teve um salto de qualidade em relação aos objetivos que estavam propostos. Desde o momento de decisão de desenvolver o projeto Rural Vivo, os objetivos propostos refletiam o desejo de fortalecer a comunidade escolar no sentido de buscar seus direitos e cobrar a responsabilidade de quem era de direito, no caso, o prefeito de Pindamonhangaba e o governador do Estado de São Paulo. De atuação local, com as comunidades, os professores e os alunos, o projeto desenvolveu de forma crítica e política o processo de formação e de articulação da comunidade escolar para a busca dos seus direitos e a garantia de que fossem respeitados. Nesse sentido, foram encaminhadas diversas solicitações para os órgãos estaduais e municipais, bem como reuniões com os diversos setores e denúncias à imprensa. Foi todo um processo de construção que se mantém até hoje, em algumas escolas com mais força que em outras. Embora o projeto tenha se encerrado em 2001, ele ainda vive, permanece. Os professores vivem a eterna rotatividade provocada pelas leis que regem o sistema de ensino, mas a comunidade permanece e o Rural Vivo também.

Em 2000, ingressei como aluna regular do curso de pós-graduação, mestrado, na Feusp, com orientação do professor Moacir Gadotti que, desde então, compartilha do desafio de concretizar este trabalho de pesquisa e dos sonhos de “uma outra educação para um outro mundo possível”. Com ele, encontrei um espaço de dizer, fazer, criar e investigar um mundo novo que, lembrando Paulo Freire, pudesse ser mais humano, mais fraterno, menos feio, menos malvado e mais feliz. A sua luta para que a Educação Popular pudesse estar articulada com a escola

pública, sendo respeitada pela educação formal, pelos sistemas de ensino e pela academia, fortaleceu o objetivo da minha pesquisa de investigar a relação entre ONG e escola pública.

O que definiu meu universo de pesquisa foi a oportunidade de participar da pesquisa A Parceria ONG-Escola, de novembro de 2000 a maio de 2001. Essa pesquisa foi desenvolvida em parceria entre o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP-Uerj), a ONG Projeto Roda Viva e o Instituto C&A, de âmbito nacional, realizada em cinco capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Goiânia. Participei dessa pesquisa como pesquisadora de campo, na cidade de São Paulo, onde foram selecionadas cinquenta ONGs, ficando sob minha responsabilidade entrevistar 24 delas, que foram o universo do meu trabalho de pesquisa. A escolha das ONGs foi feita inicialmente pelos idealizadores da pesquisa e, num segundo momento, pelos pesquisadores e seus responsáveis. No meu caso, a seleção final foi feita conjuntamente com o meu orientador, professor Gadotti.

Toda a equipe da pesquisa participou de um encontro no Rio de Janeiro para definir as questões do instrumento utilizado na entrevista, que em seu formato original estava composto por 46 perguntas. Entre essas questões, num encontro com meu orientador, definimos vinte para serem analisadas no meu trabalho de pesquisa. Ao integrar o grupo para realizar a pesquisa, informei às entidades promotoras o meu interesse em utilizar as entrevistas no trabalho de pesquisa para mestrado, uma vez que os temas possuíam identidade. Todas as entrevistas foram feitas presencialmente, marcadas com os dirigentes das ONGs,

gravadas e transcritas na íntegra.

Ao realizar as entrevistas, além das perguntas e respostas, pude observar uma série de questões da entidade, como, por exemplo: como ela se organizava, como se relacionavam os membros da equipe, como ela se via na comunidade, se o relato sobre suas atividades condizia com o que ela desenvolvia etc. No seu olhar sobre o trabalho que realizava na área da educação, dentro ou fora da escola, ela tinha como proposta promover uma transformação da qualidade do ensino, ou do currículo, ou do plano, ou do projeto da escola, ou do sistema, sendo seu público direto os alunos e professores, mesmo nas ações que aconteciam fora do espaço da escola.

No início de 2000, passei a integrar, oficialmente, a equipe do Instituto Paulo Freire (IPF), tendo como uma das responsabilidades representar institucionalmente a entidade junto à Associação Brasileira de ONGs (Abong), ao Fórum Paulista de ONGs (Fopongs), ao FSM e ao FME.

Com o sonho e a utopia de “um outro mundo possível”, nascia, no primeiro semestre de 2000, o processo de construção do Fórum Social Mundial. Passei a integrar as reuniões de organização em abril de 2000, representando o IPF, quando o sonho era apenas reunir umas quinhentas entidades das mais diferentes partes do mundo para construir um espaço pensado e gestado pela sociedade civil organizada, que pudesse ser um contraponto ao pensamento único e ao sistema econômico vigente.

O sonho foi crescendo junto com a descoberta de que redes, movimentos sociais e entidades também têm o poder da mobilização e da comunicação. O resultado foi um evento, em janeiro de 2001, em Porto Alegre (RS), na mesma data do

Fórum de Davos¹, com 26 mil participantes de diferentes lugares. Durante o ano de 2001, continuei o processo de mobilização do FSM e, juntamente com outras entidades e movimentos, formamos o Comitê Paulista do FSM, responsável pela mobilização no estado de São Paulo, e o Conselho Brasileiro do FSM, responsável pela mobilização e fortalecimento do FSM no Brasil. Ainda no Brasil, em Porto Alegre, tivemos a segunda edição do FSM em 2002 e a terceira em 2003. Durante o FSM de 2003, foi definido que a quarta edição seria realizada na Índia e que o Conselho Brasileiro do FSM organizaria o primeiro Fórum Social Brasileiro (FSB). Representando o IPF, uma das entidades coordenadoras do FSB, participei de toda organização do evento, que aconteceu de 6 a 9 de novembro de 2003, em Belo Horizonte (MG).

Na esteira do FSM, em janeiro de 2001, um novo espaço de construção e de lutas passou a fazer parte da pauta de educadores do mundo todo. Era o Fórum Mundial de Educação (FME), que nascia com os princípios de: ser um espaço plural; ter caráter internacional; não governamental e não partidário; ser um movimento, uma rede; ser um articulador das iniciativas existentes em educação. O FME era uma construção de educadores, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, governos, Organizações Não Governamentais, universidades e escolas, todos comprometidos com a defesa da educação pública como direito social e inalienável. A primeira edição foi realizada em outubro

1 O Fórum de Davos é o Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro de cada ano. Esse Fórum tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de mil empresas multinacionais.

de 2001, em Porto Alegre (RS) e a segunda edição aconteceu em janeiro de 2003, também em Porto Alegre (RS). Na segunda edição foi definido o processo de internacionalização do FME por meio de eventos locais, nacionais e regionais que fossem estimulados pelas entidades que participam do Conselho Internacional do FME. O IPF foi uma das entidades organizadoras do FME, participante do Conselho Internacional e do Comitê Organizador.

Em 2001, impulsionadas pela Abong, as ONGs paulistas construíram um espaço de encontro e fortalecimento, com o Fórum Paulista de ONGs. Em 6 de fevereiro de 2001, participei da reunião do Fórum Paulista de ONGs, no Instituto Pólis, presidida por Silvio Caccia Bava, onde estiveram presentes 21 ONGs de São Paulo, com o objetivo de iniciar o trabalho coletivo de preparação de um conjunto de propostas, a ser levado ao governo do Município (PT) e também ao governo do Estado (PSDB), visando o reconhecimento público da importância do trabalho das ONGs e a formulação de uma política, por parte do governo, de apoio e fortalecimento dos trabalhos que realizam. Os resultados dessa reunião foram:

1. Levantamento de propostas para integrar uma agenda de atividades voltadas ao fortalecimento institucional das ONGs paulistas. As discussões acerca do relacionamento das ONGs com o poder público e o levantamento das propostas se orientaram em oito eixos temáticos considerados prioritários pelo conjunto dos presentes:

- a) comunicação com a opinião pública;
- b) controle social das políticas públicas;
- c) transparência dos trabalhos e dos recursos;
- d) fontes de financiamentos;
- e) alianças com outros atores da sociedade civil;

- f) pesquisa e avaliação de políticas públicas;
- g) parcerias com o governo;
- h) participação nas instâncias de gestão.

2. Formação de uma comissão incumbida de sistematizar o conjunto de propostas a ser levado à prefeita Marta Suplicy, ao presidente da Câmara Municipal, à Assembleia Legislativa, na pessoa do deputado Walter Feldman, e ao governador do Estado, Mário Covas.

3. Levantamento de temas que precisam ser debatidos, internamente, no Fórum Paulista de ONGs.

4. Formação de uma comissão incumbida de preparar uma proposta de trabalho para o Fórum Paulista de ONGs e de traçar uma estratégia que permitisse consolidar, fortalecer e ampliar a participação das ONGs no Fórum.

Outro espaço aberto para todas as ONGs do estado de São Paulo foi o Fopong, como foi denominado o Fórum Paulista de ONGs, que foi coordenado, de 2001 a 2003, por mim, representando o IPF, e por Silvio Caccia Bava, representando o Instituto Pólis. Nesse período, o Fopong promoveu diversos encontros e seminários para debater e aprofundar questões diretamente ligadas ao universo das ONGs. Uma de suas principais conquistas foi a formulação e encaminhamento do Projeto de Lei Estadual que criava o Fundo e o Conselho Estadual de Projetos Sociais da sociedade civil, fundamentado no Artigo 217 da Constituição do Estado de São Paulo: “ao Estado cumpre assegurar o bem-estar social, garantindo o pleno acesso aos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento individual e coletivo”. O Projeto foi recebido em 2001 pelo deputado estadual Walter Feldman, presidente da Assembleia Legislativa na época. Em 22 de maio de 2002, o presidente da Abong, Sérgio Haddad, encaminhou a proposta ao governador Geraldo

Alckmin para que fosse encaminhada à Assembleia, uma vez que a proposição de projetos de lei dessa natureza é de iniciativa exclusiva do governador.

No final de 2003, após a Assembleia Geral da Abong que definiu a criação da Regional São Paulo, o Fopong passou a integrar a regional, coordenada por cinco ONGs filiadas à Abong; entre elas, o IPF. Isso possibilitou um espaço de articulação das associadas da Abong e fortaleceu as relações entre as ONGs Paulistas.

A relação entre a sociedade civil e a educação está cada vez mais visível nos debates da educação pública brasileira, como um fator de busca de novas políticas públicas da área. Trazer o tema da relação ONG e escola pública como foco da minha pesquisa possibilita um avanço nos debates. A relevância do tema justifica-se ainda pelo fato de que a educação pública tem sido uma área prioritária de atuação das ONGs, permitindo assim a promoção de ação conjunta entre governo e sociedade civil, pelo fato de que a pesquisa foi realizada com o olhar de quem está dentro do processo, reforçado pelo ineditismo do tema. Além disso, tem-se verificado que existe um grande incentivo do próprio Estado em aprofundar a relação entre as escolas públicas e as ONGs. Essa interação entre sociedade civil e Estado tem chamado a atenção também do mercado, despertando a responsabilidade social de muitas empresas.

Esse trabalho tem como objetivo analisar a participação da sociedade civil, por meio das ONGs, na escola pública, para responder a questão central da pesquisa que é: Qual é a relação entre as ONGs e as escolas públicas municipais, estaduais, e as respectivas redes e sistemas de ensino, na visão dos dirigentes das ONGs, no período de 1999 a 2002, no estado de São Paulo?

No primeiro capítulo deste livro, realizamos a análise da identidade e da função social das Organizações Não Governamentais (ONGs). A denominação ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1940, para diferenciá-las dos órgãos governamentais. Porém, nem tudo que não é governo é ONG. As ONGs são associações civis e autônomas, não estatais, sem fins lucrativos e, em sua maioria, são suprapartidárias. Afirmam seus objetivos sociais e seu campo de atuação na sociedade civil.

No segundo capítulo, abordamos a atuação educacional das ONGs, trazendo para a discussão seu papel como sujeito dos movimentos sociais e as iniciativas concretas de atuação de algumas ONGs no tocante à educação. Será possível haver parcerias entre ONGs e escolas públicas? Não se pretende aqui discutir profundamente conceitos de Estado e sociedade civil, mas a responsabilidade de ambos perante o direito à educação. Para Maria da Glória Gohn (1999, p. 98), “a educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação”.

No terceiro capítulo, que aborda a relação das ONGs com a escola pública na visão dos dirigentes das ONGs, apresentamos a metodologia da pesquisa e das entrevistas. Em relação à análise dessas entrevistas, sistematizamos os dados, com as características gerais das ONGs, sua área e âmbito de atuação, vínculos que estabelecem com as escolas públicas, os elementos facilitadores e dificultadores de sua atuação e sua visão prospectiva da relação entre ONG e escola pública. Apresentamos, ainda, um referencial de análise da relação entre ONGs e escolas públicas. A categorização das respostas dos dirigentes de ONGs, a partir das entrevistas realizadas surgiu

no processo do desenvolvimento da pesquisa, partindo de uma preocupação metodológica. As observações feitas na pesquisa de campo apontam para a necessidade da participação e parceria do Estado e da sociedade civil, como contribuição para a oferta de uma melhor educação para todos.

Considerando-se as informações colhidas no transcorrer da pesquisa, algumas questões emergiram, outras foram contempladas no desenvolvimento desse trabalho. As questões que se colocam são: Quem na verdade deveria estar fazendo esse trabalho? A quem cabe a responsabilidade pela educação no país? Que falhas estão ocorrendo para justificar a interferência das ONGs nesse setor? Que concepção de educação pode surgir desse novo contexto de parceria entre as ONGs e a escola pública?

Ao salientar a importância das ONGs no apoio às escolas, denuncia-se a ausência e negligência do Estado e acena-se para uma nova possibilidade de organização educacional que a parceria entre ONGs e escolas públicas pode possibilitar. Como nos disse um dos entrevistados:

Se fosse uma parceria ONG-Escola-Estado, na qual, realmente, cada um fizesse sua parte, a gente saía desse buraco, mas não tem como nós desse tamanhinho, sem grana, sem nada, sem apoio nenhum, sem estrutura nenhuma, fazer o papel do Estado, por quê? Sendo que todos nós pagamos todos os impostos, não faz sentido. Você tem que questionar qual é o posicionamento do Estado nessa parceria.



Capítulo 1

As ONGs e suas áreas de atuação

1.1 O que é uma ONG

A expressão Organização Não Governamental (ONG) nasce no período pós-guerra e até bem pouco tempo atrás não era muito usada no Brasil, seja em contextos políticos, sociológicos ou de pesquisa. Nos últimos dez anos é um termo que vem ganhando visibilidade pública e que está despertando o interesse da mídia e do meio acadêmico. Segundo Maria da Glória Gohn (1997, p. 54),

A expressão ONG foi criada pela ONU na década de 1940 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada "desenvolvimento de comunidade".

A ONG é definida como uma entidade sem fins lucrativos e que não está vinculada a nenhum órgão do governo. A denominação ONG apareceu pela primeira vez em 1945, em documento da ONU, e em 1950 passou a ser utilizada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

As ONGs são organizações que objetivam não apenas a satisfação das necessidades e interesses de determinados grupos da sociedade, mas também e, especialmente, mudanças

globais, através da influência política. As ONGs possuem tanto uma função social quanto uma função política. Seu trabalho realiza-se sobre uma base não lucrativa. Na maioria dos casos, elas se solidarizam com os mais necessitados e marginalizados e atuam também no intuito de influenciar políticas públicas. No Brasil, essa função política passou a se destacar mais, na década de 1980, a partir da abertura democrática, quando foram criados mais espaços à participação da sociedade.

As ONGs também podem ser definidas atualmente como grupos que buscam, por um lado, influenciar e democratizar políticas governamentais, para que estas supram da maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade e de condições de vida iguais e justas no mundo todo, e, por outro lado, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política. Segundo Silvio Caccia Bava (1994, p. 98),

Na linguagem atual da ciência política as ONGs têm como seu principal motivo de existência o empowerment dos setores sociais excluídos ou discriminados de toda forma privados dos seus direitos. Fortalecer atores sociais emergentes significava auxiliar na sua organização, sistematizar suas reivindicações, estabelecer os contatos que permitissem aos movimentos conquistar o apoio de outros setores da sociedade e o espaço público para suas demandas.

As ONGs têm uma função a desempenhar, na medida em que desenvolvem o aspecto associativo e mobilizam os cidadãos a cobrar dos governos a garantia dos seus direitos constitucionais e a cooperar, cumprindo os seus deveres como cidadãos. Mas, para isso, é necessário que as ONGs

não se prestem simplesmente à captação de verbas públicas, mas que criem um mecanismo de autossustentação.

Quando se reconstitui historicamente a trajetória das organizações que hoje estão sendo denominadas de ONGs (sejam as ONGs populares ou ambientalistas), um primeiro aspecto comum, a ser destacado, é que se trata de grupos com alguma organização formal que atuam tendo em vista a transformação de aspectos da realidade social considerados negativos. (SCHERER-WARREN, 1995, p.162).

Centenas de novas entidades se originam da mobilização de grupos por interesses específicos, como crianças de rua, questões étnicas (afrodescendentes, indígenas), meio ambiente, Aids e direitos reprodutivos, direitos humanos, entre outros. Toda essa diversidade móvel cabe magicamente nas três letrinhas de som esquisito: ONG.

Sintetizando, pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, auto-governadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global). (SCHERER-WARREN, 1995, p. 165).

A sociedade civil organizada, as ONGs e os movimentos sociais e populares, estão se tornando sujeitos, personagens-chave com potencial para transformação social através da luta por um mundo mais justo, mais igualitário, "menos

feito e menos malvado", como nos dizia Paulo Freire.

As ONGs têm em comum o horizonte de um desenvolvimento justo, igualitário e democrático que implique transformações sociais dirigidas à promoção humana. Há uma sociedade a ser reconstituída, em que a participação dos sujeitos das ONGs é considerada como relevante. Elas se organizam em torno dos direitos sociais modernos: direito à qualidade de vida, à felicidade, à não discriminação, à preservação do meio ambiente. Buscam combinar os valores individuais com valores coletivos, a racionalidade individual (dada pelos desejos e aspirações das pessoas) com a racionalidade científica (dada pelos estudos e análises técnicas dos problemas em questão).

As ONGs se constituem, em geral, em espaços coletivos de participação da sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais. Procuram manter uma postura crítica e combativa perante as ações dos governos municipais, estaduais e federal e almejam promover a redução das desigualdades sociais. Ao definir sua entidade, um dos dirigentes entrevistados dá a seguinte explicação:

[...] é uma ONG, uma Organização Não Governamental, é uma sociedade civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal e de fins filantrópicos – assistência social. O nosso âmbito de atuação é nacional.

ONG não é movimento, não é Estado, não substitui o Estado, não depende nem econômica nem institucionalmente do Estado, não é empresa lucrativa, não é entidade representativa de seus associados ou de interesse corporativo, não é

entidade assistencialista de perfil tradicional, não é mercado e não é organização multilateral.

Ao falar em ONG neste trabalho, assume-se a definição da Abong, ao afirmar aquilo que são:

[...] servem à comunidade, realizam um trabalho de promoção da cidadania e defesa dos direitos coletivos, lutam contra a exclusão, contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a formação de suas lideranças visando à constituição e ao pleno exercício de novos direitos sociais, incentivam e subsidiam a participação popular na formulação e implementação das políticas públicas.

As tentativas mais recentes de classificação preferem reunir a multiplicidade de iniciativas filantrópicas, comunitárias, promotoras e religiosas que operam a "intervenção social" sob o título de sociedade civil.

Já foi instituída uma entidade nacional das ONGs, a Abong, fundada em 1991 com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Nesse sentido, a Abong busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Segundo Ilse Scherer-Warren (1995, p. 167-170), são quatro as tendências que tipificam as trajetórias das ONGs, segundo suas matizes ideológicas: Neomarxista, Neo-anarquista, Teologia da Libertação e Articulista.

Para Maria da Glória Gohn (1997, p. 12-14), é possível sistematizar os seguintes tipos de ONGs atuando no Brasil nos anos de 1990:

- a) ONGs **caritativas**: voltaram a ter grande expansão no Brasil, recriando um cenário urbano da assistência a partir de categorias específicas como menor, mulher, idosos, portadores de deficiência etc.;
- b) ONGs **desenvolvimentistas**: elas surgiram e vêm crescendo a partir de propostas de intervenção no meio ambiente. A Eco-92 foi o marco mais significativo de sua existência;
- c) ONGs **cidadãs**: voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania. Atuam no espaço urbano, tanto no campo popular quanto no não popular;
- d) ONGs **ambientalistas**: no campo da visibilidade urbana, o trabalho destas ONGs é o que mais aparece. Por força de suas ações, contribuem decisivamente para a mudança do perfil das cidades brasileiras.

No Brasil, as ONGs são de todos os tipos e tamanhos. As mais atuantes são as ONGs cidadãs. Essas ONGs atuam em diferentes grupos. Um grupo muito forte é constituído pelas entidades ambientalistas e ecológicas de uma forma geral. Outro grupo é formado pelas ONGs de assessoria a movimentos populares. Outro pelas ONGs que atuam na área da Educação e outro pelas ONGs da área da Saúde, em especial as que estão relacionadas à questão da Aids.

1.2 Área de atuação das ONGs

O campo de atuação das ONGs tem crescido muito a partir da década de 1990. Esse movimento já vem desde o início do século passado (veja-se a obra de Maria Lacerda de Moura), mas começou a ter uma força política expressiva a partir dos anos de 1950 e 1960 (veja-se a obra de Paulo

Freire). No livro *A educação como ato político partidário*, publicado em 1989, vários autores tratam da questão da participação popular na escola pública, notadamente por meio de conselhos populares e conselhos de escola. Veja-se neste livro, principalmente, as contribuições de Djalma Bom, Celso Daniel e Perseu Abramo sobre conselhos populares e participação popular. Ainda, sobre conselhos de escola, as contribuições de Moacir Gadotti, Lisete Arelaro e Paulo Frateschi. No campo da assistência social (veja-se *Cadernos Abong* n° 30, de novembro de 2001, especialmente os artigos de Maria Carmelita Yazbek, Valdete de Barros Martins e Elaine Rossetti Behring), a participação popular abre espaço com a instituição dos Conselhos de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), promovendo um avanço na área da assistência social, hoje constituída numa rede socioassistencial com cerca de quatro mil municípios com conselhos.

Segundo Maria da Glória Gohn,

As ONGs são possibilidades à medida que representam um novo espaço organizativo da sociedade civil, de forma mais espontânea, menos burocratizada. Poderão ser mecanismos fundamentais de construção da cidadania brasileira, podendo atuar como agentes de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento de bens públicos. (GOHN, 1997, p. 61).

Podemos encontrar ONGs atuando no campo do assistencialismo, por meio da filantropia; no campo do desenvolvimentismo, por meio dos programas de cooperação internacional entre ONGs e agências de fomento públicas ou privadas; no campo da cidadania, da educação, da

comunicação, da cultura, da saúde, por meio das ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por direitos sociais.

Nota-se que no atendimento às demandas de apoio aos menores e adolescentes encontra-se o maior número de ONGs de base local. Uma grande parte delas atua no campo da assistência social e estabelece contratos ou convênios com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Na educação, atuam em programas com meninos e meninas nas ruas, com jovens e adolescentes em situação de risco face ao mundo do trabalho, da violência e das drogas, possibilitando complementação escolar, formação e capacitação de profissionais da rede escolar, das creches e/ou escolas de educação infantil, campanhas e programas de educação para os direitos humanos, educação para o trânsito, prevenção de doenças e da Aids, educação ambiental etc.

Um de nossos entrevistados aponta, como campo de atuação, o local-municipal, estadual, nacional e internacional e justifica:

Por conta de que atuamos na questão da formação, então nós trabalhamos com multiplicadores de formação e recebemos formação, interagimos na troca com Instituições Nacionais e Internacionais. Hoje em função da aldeia Global, a gente deve trabalhar essa coisa de integração entre os diferentes, para garantir a igualdade a todos.

As ONGs, em especial as ambientalistas, desempenham uma importante função no campo da educação ambiental em programas e projetos com comunidades, escolas e movimentos sociais e populares. Do total das ONGs existentes no Brasil, 40% são chamadas de Organizações Ecológicas. O desenvolvimento da educação ambiental no

Brasil iniciou-se em 1975, com a reformulação do currículo das escolas secundárias de Brasília. A seguir, em 1977, foi criado o Projeto das Ciências de Meio Ambiente, introduzido nas escolas primárias de São Paulo. De 1978 a 1980, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu o Projeto Ecologia para Escolas Secundárias, em nível nacional. Em 1983, como resultado de implementação do Plano Nacional de Conservação de Meio Ambiente, foi criada a Comissão Diretora para Planejamento do Meio Ambiente. O Plano representou o marco inicial para projetos de educação ambiental que incluíam a participação da comunidade. De 1985 a 1989, o governo federal criou o Programa Nossa Natureza, como resultado da pressão internacional contra o desmatamento da floresta amazônica, que durou até 1990.

A educação ambiental, no Brasil, evoluiu muito na década de 1990. Porém, a maioria das iniciativas positivas na área de meio ambiente ainda é executada em um contexto isolado. Há uma série de dificuldades que restringem o desenvolvimento de projetos no Brasil, como as mudanças de governo, a precariedade das políticas públicas, a falta de suporte financeiro, de estrutura dos projetos e de integração e cooperação entre instituições. Não há dúvidas sobre a importância da contribuição das ONGs no processo de evolução da educação ambiental no Brasil. Porém, a continuidade de seus projetos tem sido altamente comprometida pelas dificuldades acima apresentadas. Não é o objetivo das ONGs, isoladas ou em grupo, substituir a ação governamental. No entanto, sem a sua contribuição, a educação ambiental no país não teria avançado tanto e criado tantos movimentos ambientalistas.

O trabalho das ONGs se diferencia, em parte, do trabalho

realizado pelos movimentos sociais que atuam, prioritariamente, na linha da militância e da politização da sociedade civil.

Os institutos e fundações ligados a empresas, em sua maioria, atuam nas mais diversas áreas sociais, incorporando critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca de qualidade e eficácia de suas ações e atuam segundo estratégias de marketing, utilizando a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura política favorável ao trabalho voluntário em seus projetos. Com a criação dessas entidades, as empresas são consideradas socialmente responsáveis e se beneficiam com as leis de incentivo fiscal.

Nos anos de 1990, o movimento ambientalista foi o grande responsável pela nova organização das ONGs e pela consciência ecológica que tomou corpo com a aproximação da Eco-92 e com a consolidação de muitas ONGs que vinham trabalhando com questões ambientais. Surge um Fórum Nacional de ONGs ambientalistas com atuação local, nacional e até internacional. Ainda, no Rio, com Betinho (Herbert de Souza), surge outro importante movimento que mobilizou a sociedade em todo o país: a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Segundo Maria da Glória Gohn (1997, p. 14),

O fenômeno das ONGs nos anos 90 reafirma o poder das teses e discussões acerca da importância da sociedade civil atual. [...] Hoje as ONGs geram menos edificações físicas e mais relações sociais, situando-se entre o mercado e o Estado e no coração da sociedade civil.

As ONGs cidadãs, ao estabelecer parcerias com empresas, governos, fundações, institutos e outras organizações de fomento, colocam como princípios garantir sua autonomia,

sua liberdade de pensamento, de ação e de movimento para desenvolver os objetivos e metas dos seus programas e projetos. Ao estabelecer uma relação clara e dialógica com o financiador, a parceria se pauta no respeito às individualidades. Como nos disse um dos entrevistados,

[...] assumir a parceria verdadeiramente, construindo coletivamente, respeitando todos os segmentos envolvidos, garantindo a avaliação dialógica e processual, o diálogo permanente, a flexibilidade para ajustes apontados nas avaliações; o incentivo e o reconhecimento de todos enquanto sujeitos do processo de construção.

1.3 ONGs e Terceiro Setor

O Terceiro Setor, não governamental e não-lucrativo, é um conceito, uma expressão de linguagem que foi traduzida do inglês (*Third Sector*) e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos. De natureza europeia (Inglaterra) e fortalecido pela América (Estados Unidos), o Terceiro Setor é um termo utilizado no primeiro mundo para diferenciar o que não é Estado e nem mercado. Chama-se "Terceiro", porque supõe um "Primeiro" e um "Segundo". A ideia central resume a participação na vida em sociedade por setores: Primeiro Setor: Estado, Segundo Setor: privado produtivo e Terceiro Setor: sociedade civil.

O termo "Terceiro Setor" também é objeto de muita discussão e tem recebido definições diversas na academia e entre as organizações que dele fazem parte. Segundo o pesquisador norte-americano Lester Salamon,

Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo "terceiro setor" global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário. (SALAMON, 1993 apud FERNANDES, 2001, p. 19).

Além dessa corrente americana, identificada com o *Center for Policy Studies*, da Johns Hopkins University, temos a corrente europeia que identifica o Terceiro Setor com a economia social, que engloba os setores do cooperativismo, do mutualismo e do associativismo. Assim como nem tudo é ONG, o Terceiro Setor não é só ONG. Pode-se dizer que as ONGs fazem parte do Terceiro Setor, embora nem todas se reconheçam como, por considerarem que o termo está muito relacionado aos institutos e fundações empresariais.

Terceiro Setor é o conjunto de iniciativas particulares sem fins lucrativos com um sentido público, composto por formas tradicionais de ajuda mútua (atividades assistenciais e beneficentes), movimentos sociais e associações civis (associações de bairro, grupos), filantropia empresarial (fundações ligadas a empresas privadas) e ONGs.

O Terceiro Setor, que é também conhecido por "terceira onda" e "terceira via", é de interesse público, sem ser oficial, sem representatividade formal, e parte da iniciativa privada, mas sem fins lucrativos. Para Rubem César Fernandes (2001, p. 21),

[...] o conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Esse é o sentido positivo da expressão, bens e serviços públicos, neste caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas.

Constituído por organizações privadas sem fins lucrativos, o Terceiro Setor surgiu para suprir necessidades sociais, uma vez que o Estado, considerado o Primeiro Setor, e o mercado, o Segundo Setor, não estavam dando conta. Nessa perspectiva, nos anos de 1980, na cidade de São Paulo, inicia-se a mais importante iniciativa empresarial, dando origem ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), que contribuiu para a expansão do Terceiro Setor no Brasil. O Gife é composto por instituições, fundações e empresas que disponibilizam recursos privados para fins públicos.

O crescimento do Terceiro Setor é um fenômeno no mundo, que se apresenta muito fortemente na economia americana (Estados Unidos) e sua expansão está ligada aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O Terceiro Setor brasileiro já movimentava 1,5% do PIB, o que representa cerca de 11 bilhões por ano, envolvendo em suas atividades 2,7% da população economicamente ativa. Os números mostram que esta é uma área dinâmica, em franco crescimento e cujo desafio maior é intensificar o processo de profissionalização e despir-se do preconceito. A avaliação é de Marcos Kisil, presidente do Gife. "Hoje, o fundamental é fazer com que os investimentos na área social efetivamente se transformem em benefício social." (Raul Fonseca, *Jornal A Tarde*, Salvador, BA, 11 abr. 2002).

O crescimento do Terceiro Setor se objetiva sobre alguns

aspectos: o crescimento da oferta de emprego; a reforma do Estado, no sentido de melhorar o desempenho da administração pública; a transformação da prática democrática para a prática democrática participativa; a representação partidária, como um dos múltiplos meios de viabilizar a participação dos cidadãos; a história brasileira recente.

O setor informal é hoje considerado como uma fonte de riqueza, como um potencial inexplorado de empregos e de rendas, mesmo que o aumento considerável de famílias condenadas a reduzir suas expectativas a meras estratégias de sobrevivência seja, provavelmente, uma das principais causas do crescimento da economia informal. (GOHN, 1997, p. 35).

Perspectivas para o Terceiro Setor no Brasil: possibilidade de expansão com uma maior participação no PIB; possibilidade de geração de emprego; promover melhoras nas condições de vida da população excluída; articular os diferentes setores em causas de interesse comum; ampliar a base de atuação política; mobilizar em torno de temas que contribuam para a criação de uma democracia econômica (vida comunitária, harmonia social, segurança, desenvolvimento humano e melhoria da vida cultural) e fortalecer as redes para o ativismo político.

1.4 Novos desafios

Considerando os últimos 15 anos, podemos dizer que o Brasil viveu um importante período de transição política, marcado pelo movimento neoliberal. Voltamos a vivenciar a liberdade democrática e a ter eleições diretas em todos os

níveis (a partir de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Melo para presidente); formulamos e aprovamos uma nova Constituição (1988), bem como leis importantes para o avanço da política social, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei Orgânica de Assistência Social (1993).

Na América Latina, há 150 milhões de pessoas vivendo com apenas o equivalente a US\$ 2 por dia. E, no Brasil, insiste-se em promover ajustes econômicos que, em vez de diminuir as desigualdades, estão aumentando-as de maneira acelerada. No contexto de uma política neoliberal, o Estado perde crescentemente sua capacidade de governar e deixa ao mercado que regule a vida social. É irreal pensar que o mercado se encarregará, por si só, de melhorar a precária situação das maiorias.

Nos últimos anos, entretanto, as mudanças no cenário nacional e internacional foram bruscas e velozes. Sujeitos e papéis tradicionais foram embaralhados e, ainda agora, é difícil fixar seus lugares no jogo social. As ONGs podem preservar o que há de melhor no Estado e no setor privado produtivo, sem necessariamente herdar seus defeitos. Elas representam os interesses públicos tanto quanto podem ser legitimadas pelo seu público, e têm agilidade de iniciativa que independe de canais burocráticos. Além disso, mais que opositoras podem ser mediadoras nas relações com o Estado e o setor de produções, e entre eles.

A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e institui e disciplina o termo de parceria. De fato, estabelece, de forma pioneira no Brasil, um novo disciplinamento jurídico às entidades integrantes

do chamado Terceiro Setor. Com a compreensão de que o Terceiro Setor é mais do que uma definição de caráter institucional que abarca o conjunto das Organizações Não Governamentais. É uma realidade social representada por todas as instituições: associações, sociedades civis ou fundações de direito privado que apresentam como escopo maior o bem comum por meio de ações concretas e objetivas.

A Lei nº 9.790/99 começa por estabelecer que apenas poderão ser qualificadas como Oscip as pessoas jurídicas de direito privado, portanto, as sociedades civis, associações civis e fundações, sem fins lucrativos, que tiverem em seus estatutos, finalidade e objetivos em conformidade com os requisitos agora determinados legalmente. Esta Lei diferencia as entidades da sociedade civil, que prestam de forma universal e sem fins lucrativos os seus serviços, dos organismos do Estado e do mercado.

Dessa forma, foi instituído um primeiro marco legal, englobando todas as entidades que formam o Terceiro Setor e que apresentam, em seus estatutos, objetivos ou finalidades sociais voltadas para a execução de atividades de interesse público nos campos da assistência social, da cultura, da educação, da saúde, do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social, da ética, da paz, da cidadania e dos direitos humanos, da democracia e de outros valores fundamentais, além da defesa, preservação e conservação do meio ambiente, podendo, essas entidades, relacionar-se com o poder público federal, estadual ou municipal, visando à execução de atividades de interesse público por intermédio de um vínculo de cooperação entre as partes, que a lei denominou de termo de parceria.

O **termo de parceria** é definido no artigo 9º da Lei

nº 9.790 como instrumento destinado à formação de vínculo de cooperação entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Oscips para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no artigo 3º, que é uma de suas grandes inovações. Permitirá a formação de parcerias entre o Poder Público, em suas várias esferas, e as entidades integrantes do Terceiro Setor, tendo como tônica os princípios da transparência, da competição, da cooperação e da parceria propriamente dita. Na execução do termo de parceria haverá um controle tripartite, ou seja: do Poder Público, da área de atuação correspondente à atividade fomentada; dos conselhos de políticas públicas, em cada nível de governo; da própria entidade.

A grande **contribuição governamental** tem sido na área jurídica, de regulamentação de novas regras para o trabalho voluntário – muito utilizado pelas ONGs –, por meio de leis que normatizam e criam novos tipos de relações de trabalho, de prestação de serviços não remunerados por períodos superiores a noventa dias e que não criam vínculos empregatícios, e, conseqüentemente, desobrigam dos encargos trabalhistas. Em termos de política social, esta nova frente está avançando a passos largos na formulação de uma legislação específica que normatize as atividades do Terceiro Setor, em especial as relativas ao setor de "voluntariado", sem vínculos empregatícios. É importante observar que no discurso dos defensores deste tipo de trabalho, a independência em relação ao sindicato é bastante destacada. Ou seja, o trabalho voluntário não possui, até o momento, redes de articulações ou de pressões.

O **voluntariado** sempre existiu, sempre foi legalmente viável. Contudo, o grande problema, juridicamente, sempre foi fixar o limite entre o serviço voluntário e a relação de

emprego; como distinguir um do outro. Demarcar essa fronteira é, talvez, a maior contribuição da Lei nº 9.608/98. A lei criou um contrato novo. A distinção entre o contrato de trabalho e o serviço voluntário é a existência de relação não onerosa, ou seja, embora uma pessoa realize trabalho, não recebe remuneração por ele. O voluntário também é pessoa física, da mesma maneira que, no contrato de trabalho, presta serviços que vão ser dirigidos por aquele que assumirá as responsabilidades pelos resultados da atividade.

Para que haja voluntariado, é necessário que o trabalho não seja remunerado, não haja contrapartida de qualquer espécie, o voluntário seja pessoa física, o serviço seja prestado à entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada sem fins lucrativos, haja termo escrito de adesão, dele devendo constar o objeto e as condições do trabalho a ser prestado.

Espera-se que, na prática, esta lei seja suficiente para coibir a tentativa de fraude ao contrato de trabalho, assim como para incentivar o voluntariado em nosso país, tão necessitado de iniciativas do gênero.

As leis no Brasil, no que diz respeito aos direitos sociais, são uma referência do que gostaríamos que a sociedade fosse, mas o "império" do capitalismo mundial vem impedindo que possamos ter essa sociedade. A sociedade civil por si só não consegue garantir que essas leis se tornem totalmente efetivas, mas luta para que os direitos dos cidadãos sejam priorizados nas políticas públicas em nosso país.

Os **novos desafios** das ONGs são:

a) a **identidade** na era da globalização: é papel das ONGs ressaltar a capacidade de "pertencer" a algum grupo social, de preservar o sentimento comunitário; ao mesmo

tempo, temos que nos atualizar sobre os fatos dessa sociedade, entendendo assim o processo de globalização;

b) **equidade na diversidade**: hoje, pensar em democratização significa pensar em políticas sociais diferenciadas;

c) a **visão micro e macro da sociedade** (sociedade civil versus Estado): o Estado só vai ser mais democrático se ele se deparar com uma sociedade civil mais reivindicativa, mais organizada.

No dizer de Herbert de Souza (1991), o papel das ONGs no Brasil é propor à sociedade brasileira, a partir da sociedade civil, uma sociedade democrática, dos pontos de vista político, social, econômico e cultural. Afirma ele ainda que, apesar da luta hoje parecer mais suave, as certezas quanto aos rumos são mais difíceis, porque pressupõe colaborar com o Estado para a democratização da sociedade; propor uma nova forma de produzir e distribuir bens e serviços que supere os limites da lógica do capital; publicizar o Estado e restabelecer o público; e universalizar todos os valores éticos de sua própria experiência.

Outros desafios para as ONGs atualmente são: as grandes dificuldades de financiamento (ONGs pequenas), especialmente por agências de fomento estrangeiras e o de estabelecer diálogo com os setores governamental e empresarial. No âmbito da discussão sobre o papel da empresa privada junto à sociedade e das propostas de reformulação do Estado, as ONGs podem se beneficiar e tomar iniciativa de ações em parceria com esses setores.

Para enfrentar esses desafios e superar as dificuldades, as ONGs precisam buscar soluções estratégicas e criar novos instrumentos de gestão que garantam o cumprimento de seus objetivos institucionais. É importante que estabeleçam parcerias e aprendam a trabalhar em rede. As ONGs

que tendem ao trabalho isolado, dificilmente sobreviverão, pois, por maior que seja seu potencial, sempre será menor em relação às que estão em redes.



Capítulo 2

A atuação educacional das ONGs

Existem poucos estudos específicos sobre a participação das ONGs na educação e, principalmente, sobre o enfoque da escola pública. A bibliografia é restrita. A sociedade civil tem-se transformado cada vez mais em símbolo de solidariedade social, civismo, democracia, entre outros. Passou a assumir uma representação positiva, enquanto que, atualmente, por **influência do pensamento único** neoliberal, Estado e governo estão cada vez mais associados a fatores negativos, geradores de crises. Se ficarmos apenas com uma visão positiva da sociedade civil e outra negativa do Estado, estaremos sendo muito simplistas e até nos permitindo um equívoco, pois não é possível pensar em um sem o outro. Poderemos, sim, fortalecer a sociedade civil, para que ela interfira e transforme as instituições do Estado, para que se estabeleça a real democracia, e Estado e sociedade civil possam se articular de forma construtiva.

A educação tem no Estado o seu principal financiador e regulador e encontra, hoje, na sociedade civil, organizações que se articulam para responder às necessidades das escolas e possibilitar que a tão discutida e divulgada "qualidade" realmente aconteça. Porém, por mais que essas organizações tentem universalizar suas ações, ainda não se chegou à grande maioria das escolas. Certamente, as ações das ONGs estão contribuindo para que povo e governo

possam ter exemplos de sucesso e ideias de como conduzir a educação no nosso País.

[...] não é papel das ONGs substituir as obrigações do Estado; o que eu acho é que as ONGs criam experiências modelos e experiências exemplares, experiências inovadoras originais que podem vir a ser objeto de políticas públicas universais e acho que essa seria a relação adequada, que descobertas que se fazem nessas experiências poderiam ser apropriadas e destinadas a uma maior população. (entrevistado).

2.1 ONGs, sociedade civil e esfera pública

Não se pretende, aqui, uma discussão ampla sobre os mecanismos de participação dos movimentos sociais, das ONGs e das associações na esfera pública; mas, para iniciarmos essa discussão, achamos relevante esclarecer sobre qual concepção de sociedade civil e de esfera pública estamos falando. Sabemos que qualquer transformação na sociedade passa necessariamente pelo Estado, definido como poder, povo e território. O que se espera é compreender se está havendo omissão ou não por parte do Estado em relação à educação e que espaço é esse que está sendo ocupado pela sociedade civil. Se pensarmos que o Estado é a sociedade política que, ao mesmo tempo, se distingue e se confunde com ela, torna-se necessário visitar diferentes representações do conceito de sociedade civil.

Buscando compreender este conceito, Norberto Bobbio, em seu livro *O conceito de sociedade civil* (1982), faz um confronto entre Gramsci, Hegel e Marx. Para ele, Gramsci partiu do conceito de sociedade civil apresentado nos

estudos de Hegel. Hegel inovou radicalmente com relação à tradição jusnaturalista anterior a ele, pois abandonou as análises que reduziam as relações econômicas às suas formas jurídicas (teoria da propriedade e dos contratos). Quando escreveu *Filosofia do Direito*, em 1821, Hegel representou a esfera das relações pré-estatais, chamando de sociedade civil não mais a sociedade política, como seus predecessores, mas a sociedade "pré-política"; isto é, a fase da sociedade que era conhecida como "sociedade natural". Norberto Bobbio (1982) esclarece que a sociedade civil de Hegel não é o reino da ordem natural, o "estado da natureza", mas o reino "da dissolução, da miséria e da corrupção física e ética", que deve ser regulamentada, dominada e anulada na ordem superior do Estado. Fazem parte desse reino: a esfera das relações econômicas, a formação das classes, a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo.

Norberto Bobbio conclui que os intérpretes da *Filosofia do Direito* de Hegel concentram sua atenção na teoria do Estado, negligenciando a análise hegeliana da sociedade civil. Segundo Norberto Bobbio, Gramsci foi o primeiro escritor marxista a utilizar o conceito de sociedade civil, referindo-se textualmente a Hegel. Tanto em Marx como em Gramsci, a sociedade civil (e não mais o Estado, como em Hegel), representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. Mas a sociedade civil em Gramsci é algo diverso do que era em Marx, porque não pertence ao momento da "estrutura", e sim ao momento da "superestrutura". Analisando as sociedades ocidentais complexas, Gramsci destaca a categoria intermediária entre a base econômica e as instituições políticas em sentido estrito. (BOBBIO, 1982, p. 7-30).

Para Gramsci, a ideia de sociedade civil compreende o conjunto das relações ideológico-culturais, o conjunto da vida espiritual e intelectual, "no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado". (BOBBIO, 1982, p. 36).

O conceito de sociedade civil no Brasil está relacionado com a resistência ao regime militar. Buscava-se dar suporte à organização da resistência contra os militares; por isso, a discussão ficou mais centrada no aspecto político-estratégico do que no analítico-teórico.

Já nos anos de 1980, o pensamento gramsciano influenciou os primeiros movimentos de base que surgem ainda sob o domínio militar. Entendia-se que tais movimentos que "emergem da sociedade civil" poderiam contribuir para transformar a "lógica da relação de classes". O requisito para tanto seria "sua articulação com formações partidárias ou que perpassem o mundo da produção", uma vez que não se acreditava "na autonomia dos mesmos". (GOHN, 1982 apud COSTA, 2002). Mas o quadro foi mudando ao longo do processo de democratização, pois os sujeitos que integravam a sociedade civil apresentavam traços conceituais muito difusos, pois incorporavam organizações de base, Igreja progressista, "novo sindicalismo", setores empresariais "progressistas", até partidos políticos "democráticos". Com o aprofundamento do processo democrático, as diferenças ficam mais evidentes. Uma parte das associações civis e movimentos sociais delimita melhor as fronteiras entre a sociedade civil e o Estado.

Alguns acontecimentos mais recentes, principalmente pela influência do pensamento neoliberal, tornam o campo de atuação das organizações da sociedade civil cada vez mais multifacetado e complexo. Apesar desse quadro,

entendemos que o projeto de sociedade civil atual é não se confundir com o Estado. Seus autores buscam distanciar-se dos espaços de atuação do Estado, operando com lógicas e repertórios próprios.

No Brasil, a ideia de que a esfera pública brasileira constitui estritamente um mercado de opiniões, controlado pelos atores mais poderosos da sociedade, é compartilhada por vários autores de orientação teórica e política diversa. Entretanto, concepções diferentes estão se difundindo no Brasil, como, por exemplo, a visão de que o espaço público não constitui mero palco de encenação política, mas um lugar ambivalente da topografia social. A partir dessa visão, podemos destacar duas vertentes:

- a) uma destaca o contexto marcado pela emergência de novos atores sociais, os quais buscariam a "redefinição do espaço público e do espaço privado", ampliando, desta forma, as fronteiras da política;
- b) a outra, caracterizada pela influência republicana, é representada pelas formulações de Tarso Genro acerca das possibilidades de construção de "uma esfera pública não estatal". (GENRO, 1996, 1997).

Para o autor, o conjunto de organizações e associações com caráter público deve merecer um acesso, sem mediações, ao Estado.

Costa (2002, p. 33) pondera, segundo as formulações de Genro, que a

[...] legitimidade das associações civis como portadoras de interesses generalizáveis não necessita ser construída publicamente, ela está suposta pré-politicamente como atributo ontológico das organizações voluntárias. A "esfera pública não estatal" não constitui assim órbita de legitimação dos diferentes atores sociais e suas respectivas demandas, ela é antes

o foro de transmissão ao Estado de reivindicações a priori justas e legítimas. O risco percebido aqui é que a "esfera pública não estatal", ao ser garantida e patrocinada pelo Estado, como propõe Genro, se transforme de fato em esfera pública paraestatal, em mais uma arena institucional vulnerável à instrumentalização pelo Estado, pelos partidos e pelos políticos.

Ainda, segundo Costa (2002, p. 36), no processo de construção dos mecanismos para a participação dos movimentos sociais, das ONGs e das associações na esfera pública, não podemos deixar as associações vulneráveis a uma institucionalização imobilizadora e às tentativas de cooptação política.

É preciso ampliar o exercício da cidadania que exige mais do que eleger representantes políticos, cumprir leis e pagar impostos. Os cidadãos e cidadãs precisam aprender a propor leis, controlar o Estado, fiscalizando-o e participando da tomada de decisões, criando espaços como o Orçamento Participativo em Porto Alegre, apropriando-se dos bens culturais etc. (entrevistado).

É com esse olhar que iremos analisar a participação das **ONGs** no sistema escolar. Mas, antes, queremos destacar o papel importante de articuladoras nos fóruns internacionais de educação.

No final de abril de 2000, numerosas ONGs reuniram-se em Dakar, na Cúpula Mundial de Educação, dez anos após a Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jomtien. Reconheceram que houve alguns avanços e também alguns retrocessos durante a década de 1990. Mas ficaram desapontadas quanto aos resultados

dos principais objetivos traçados em Jomtien:

Para 125 milhões de crianças, o direito à educação é violado todos os dias, deixando-as presas à teia de pobreza. Para milhões de outras crianças, a falta de professores, de salas de aula e/ou de livros didáticos significa que seu direito à educação é prejudicado e que pouco é de fato apreendido.

As ONGs mostraram que o preço para implementar educação para todos "equivale a uma soma adicional de US\$ 8 bilhões por ano. Esta soma corresponde a quatro dias do gasto militar global e a nove minutos de especulação financeira internacional".

Na ocasião, as ONGs mostraram que a **Educação para Todos** é viável se os governos e as agências internacionais se comprometerem com algumas questões, entre elas:

- é preciso renovar o compromisso à educação enquanto um direito;
- deve haver um compromisso para proporcionar educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos;
- deve haver um compromisso claro para assegurar que uma educação de qualidade inclua todos os grupos marginalizados e excluídos;
- deve haver uma afirmação clara de que a educação é uma responsabilidade central do Estado;
- Educação para Todos depende da existência de um sistema democrático, com mecanismos e estruturas efetivas que garantam espaço e voz a todos os interessados;
- governos, a comunidade internacional e todos os interessados devem se comprometer em estabelecer e reforçar a democracia, a justiça social e a paz, uma

vez que não é possível aprender em tempos de guerra e conflito;

- os sistemas educacionais devem respeitar e se basear na cultura local e responder às necessidades locais;
- qualidade e aprendizagem de todos devem estar no cerne do processo educacional;
- deve haver um compromisso claro para garantir equidade de gênero em educação, em todos os níveis;
- a alfabetização de adultos deve estar integrada a um processo mais amplo de desenvolvimento social e fortalecimento humano. O direito à educação se inicia na primeira infância e continua até o estágio de adulto e de idoso;
- os governos devem se comprometer a desenvolver e melhorar mecanismos e estruturas de participação democrática e de prestação de contas à sociedade civil, inclusive professores e suas organizações representativas, em todos os níveis de tomada de decisões sobre questões educacionais;
- os governos devem assegurar que novas tecnologias em informação sejam acessadas de maneira equitativa para promover a qualidade da educação. No entanto, deve ser reconhecido que culturas e conhecimentos tradicionais e formas tradicionais de mídia são igualmente valiosos;
- uma representação forte de governos do Sul e suas respectivas sociedades civis devem estar garantidas nas estruturas de Educação para Todos internacionais.

As ONGs presentes em Dakar concluíram a sua Declaração propondo que seja feita uma avaliação ampla e planejada para identificar avanços e retrocessos das principais metas educacionais. Tanto os planos nacionais quanto os

planos dos doadores devem especificar metas intermediárias para cada objetivo de Educação para Todos e especificar explicitamente recursos adicionais e compromissos de contingência caso estas metas não tenham sido alcançadas. As ONGs comprometeram-se a trabalhar e cooperar com os governos para alcançar a meta de uma educação de qualidade para todos.

2.2 As ONGs e a educação

As ONGs atuam na educação e ocupam espaços no sistema escolar num processo crescente de participação direta nas escolas públicas. Sua importância está situada na possível interferência em busca da "qualidade" da educação, nos resultados obtidos pelas escolas e na "oferta" de educação de "qualidade" para todos, uma vez que essas organizações criam suas próprias escolas ou fazem opção por entrar no sistema público de estados e municípios.

Apesar de não governamentais, há ONGs que atuam em áreas sociais consideradas de responsabilidade do Estado, trabalhando com a promoção de grupos sociais excluídos. Entidades específicas estão surgindo em nome da resolução dos problemas sociais mais urgentes, como a falta de moradia, menor abandonado, questões ecológicas, trabalhador rural, saúde, educação, questões étnicas e de gênero, etc. Consolida-se, assim, a crença de que as ONGs têm que fazer uma opção pela sociedade civil, ocupando um espaço de autonomia e questionamento permanente do Estado.

Ao promover a articulação da sociedade civil com o Estado, pela conquista da cidadania e dos direitos das classes populares, as ONGs têm como objetivo principal submeter

a atuação do Estado ao controle da sociedade civil, como esfera pública autônoma, um espaço público não estatal que pertence igualmente a todos, construído e administrado pelos cidadãos.

As ONGs deveriam buscar acompanhar criticamente as políticas do governo, questionar as ações do Estado, apontar falhas, propor novos modelos de gestão pública e reivindicar a participação na elaboração das políticas públicas. É nesse sentido que se mostram ameaçadoras, pois, ao pôr em prática projetos sociais inovadores, podem provar que é possível administrar melhor os problemas sociais enfrentados pela população.

Acho que é óbvio, né. É uma filosofia implícita e inclusive acho que eles não se dão conta do que estão fazendo, porque são 8 anos, pelo menos os mais graves, e são 8 anos na vida de uma criança e o que é que vai resultar daí... É óbvio que não se investe em educação nesse estado. Não sei se no estado de São Paulo, no interior, está diferente, mas aqui está uma calamidade. Essa tal aí da Rose Neubauer, no tribunal internacional, ela deveria ser julgada por crime contra a humanidade, ela está matando uma geração. (fala de um entrevistado ao responder se existem culpados da crise na educação).

Em educação, nota-se o surgimento crescente de Organizações Não Governamentais que criam programas de atendimento ao sistema público de ensino e concentram suas ações em propostas que priorizem o processo ensino-aprendizagem dos conteúdos essenciais como: Linguagem, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes e Recreação, bem como o aprimoramento das práticas educativas, o estímulo à gestão democrática da escola e à produção de material educativo e aquisição de equipamentos.

As ONGs, em sua maioria, centram seus objetivos na busca da qualidade na educação, entendendo, por qualidade, a capacidade de a escola satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem do aluno. Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (JOMTIEN, 1990), em seu artigo 1º:

[...] cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas) quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

Portanto, para que se garanta a **qualidade na educação**, é necessário garantir a interligação dos conteúdos, das escolhas metodológicas mais adequadas, a gestão democrática, a formação contínua dos profissionais e dos recursos humanos, o aumento dos recursos financeiros, sem os quais não há mudança e nem transformação possível. A escola pública pode ter qualidade se a sociedade civil for fomentando e manifestando a discussão e participação nas esferas governamentais, nos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse seria o maior desafio das ONGs que

atuam em educação.

Poderíamos travar aqui um amplo debate sobre o que se considera "qualidade" na educação, mas não é objetivo deste trabalho. Segundo o próprio Paulo Freire (1993, p. 44),

[...] não há, finalmente, educação neutra nem qualidade por que lutar no sentido de reorientar a educação que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política de materializá-la.

Ele afirma ainda que, para falar desse tema, seria necessário fazer uma reflexão crítica,

[...] não propriamente uma reflexão crítica sobre a educação em si ou sobre a qualidade, mas em torno de educação para a qualidade, qualidade da educação e educação e qualidade. (FREIRE, 1993, p. 37).

Com o apoio oferecido pelas instituições (empresas, fundações e outras) que financiam projetos na área da educação, o governo deixa de ser a única fonte de recursos para desenvolver as atividades das escolas, embora ainda seja a principal e a responsável por manter o ensino público e gratuito, que é direito de todo cidadão brasileiro. É aí que entra a nova parceria "sociedade civil e escola", por meio da comunidade, e onde as ONGs passam a ter uma atuação mais próxima e direta com as escolas públicas.

O Estado está falido. Falta de recursos, professores e direção desmotivados. Se tem uma estabilidade e uma tranquilidade financeira você desenvolve o projeto. A escola está preocupada hoje em dia em continuar funcionando. A Prefeitura nesta última gestão, não era prioridade do prefeito a questão da saúde e da educação, diminuiu até o investimento. O Estado, a mesma coisa, não é prioridade, não é preocupação. (entrevistado).

Algumas das entidades que financiam projetos educacionais no Brasil não financiam apenas diretamente as escolas, mas instituições menores que atuam nas escolas e algumas comunidades organizadas. Podemos destacar algumas entidades financiadoras, como: Instituto C&A, Instituto Ayrton Senna, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, Fundação Banco do Brasil, Fundação Clemente Mariani, Fundação Ford, Fundação Kellogg, Fundação Odebrecht, Fundação Vitae, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Petrobras, Unibanco Ecologia e organismos internacionais como a Unesco, o Unicef, o Banco Mundial etc.

As entidades financiadoras buscam parceiros entre as pessoas físicas e jurídicas, que tenham uma visão diferenciada em relação ao desenvolvimento das questões sociais no nosso País e que queiram, pautadas na lei, contribuir em ações diretas, tendo como contrapartida a possibilidade da empresa deduzir nos impostos pagos ou apenas trabalhar com a sua marca como marketing social. As empresas que hoje têm seu nome ligado a projetos sociais apresentam um crescimento de venda dos seus produtos, pois o consumidor atual já está sendo sensibilizado para adquirir produtos de empresas que tem responsabilidade social. Fazer marketing social é diferente de ter responsabilidade social.

O que é responsabilidade social empresarial? Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Também se caracteriza por estabelecer metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/90/servicos_do_portal/perguntas_frequentes/itens/o_que_e_responsabilidade_social_empresarial.aspx. Acesso em 26 jun. 2001).

Responsabilidade social não é filantropia. Segundo o Instituto Ethos, a filantropia trata basicamente de ação social externa da empresa e tem como beneficiário principal a comunidade, em suas diversas formas e organizações (conselhos comunitários, Organizações Não Governamentais, associações comunitárias etc.). A responsabilidade social trata diretamente dos negócios da empresa e como ela os conduz, ou seja, foca a cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cujas demandas e necessidades a empresa deve buscar atender e incorporar em seus negócios.

Segundo Oded Grajew, diretor-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em entrevista publicada pela Revista *Educação*, em dezembro de 2000, o empresariado está se sensibilizando para seu papel de responsabilidade social, e a grande maioria está preferindo investir em ações e projetos na área da educação. As empresas podem mobilizar recursos, como equipamentos, materiais, serviços, conhecimentos e funcionários. Em dois anos, o Ethos já contava com a participação de 340 empresas cujo faturamento somado era superior a R\$ 240 bilhões, algo em torno de 22% do Produto Interno Bruto Nacional. Em 2004, já eram cerca de oitocentas empresas associadas, sendo 138 microempresas, 209 pequenas empresas, 150 médias empresas e trezentas grandes empresas. O Instituto Ethos é uma associação sem fins lucrativos, que visa mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais próspera e justa.

A preocupação do Instituto Ethos é de ajudar a empresa a trabalhar eticamente com funcionários, clientes, comunidade, fornecedores, meio ambiente, consumidores.

Como a ética se relaciona com a responsabilidade social? A ética é a base da responsabilidade social, expressa nos princípios e valores adotados pela organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscais do governo e, ao mesmo tempo, desenvolver programas voltados a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de responsabilidade social. É importante haver coerência entre ação e discurso. (Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/90/servicos_do_portal/perguntas_frequentes/itens/o_que_e_responsabilidade_social_empresarial.aspx. Acesso em: 26 jun. 2001).

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) é a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Atua fortemente na busca de soluções para a superação das desigualdades sociais brasileiras, tendo como objetivo estratégico influenciar as políticas públicas por meio de parcerias e do compartilhamento de ideias, ações e aprendizados com o Estado e outras organizações da sociedade civil. Para alcançar esse objetivo, o Gife baseia seu trabalho no fortalecimento político-institucional, na capacitação e no apoio à atuação estratégica de seus associados e de institutos e fundações, especialmente de origem empresarial. O Gife conta com 64 associados (33 fundações, 23 institutos e oito empresas); cerca de 40% surgidos na década de 1990.

Os associados Gife investem cerca de R\$ 700 milhões por ano e 65% dos associados afirmam utilizar-se de recursos nacionais. As maiores áreas de investimento dos associados são: educação, 85%; cultura, 56%; saúde, 44%; cidadania, direitos humanos e justiça social, 42%; meio ambiente, 37%; desenvolvimento comunitário, 31%. Público beneficiado pelos projetos: jovens e adolescentes, 71%; crianças, 67%; população em geral, 56%; organizações da sociedade civil, 44%; professores, 42%; e portadores de necessidades especiais, 21%.

Um dos associados do Gife e parceiro na pesquisa A parceria ONG-escola é o Instituto C&A, uma organização sem fins lucrativos criada e mantida pela C&A Modas para promover a educação de crianças e adolescentes. O Instituto C&A atua por meio do apoio financeiro ou técnico a outras organizações sem fins lucrativos que se dedicam diretamente à educação do público infante-juvenil. São instituições como creches, escolas, centros de atendimento a adolescentes, abrigos, centros comunitários e afins. O objetivo é contribuir para que essas organizações aprimorem suas equipes e seus processos de trabalho, alavancando a qualidade do serviço que oferecem e aumentando o seu grau de autonomia.

O Instituto C&A tem como áreas de atuação a educação e o fortalecimento de organizações da sociedade civil. Como público beneficiário estão adolescentes e jovens, crianças, organizações da sociedade civil, outros. De atuação nacional, sua missão é participar ativamente do processo de educação de crianças e adolescentes, fortalecendo estrategicamente as organizações sociais parceiras e contribuindo para o desenvolvimento do Terceiro Setor. Seus objetivos são: proporcionar reais condições de qualidade em educação

para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como cidadãos; promover a gestão e desenvolvimento organizacional das instituições parceiras, para que possam melhor atingir a sua missão organizacional; dar oportunidade ao funcionário da C&A de exercer sua cidadania e responsabilidade social em benefício da comunidade, através da ação do Instituto e estimular a participação de agentes de transformação do Terceiro Setor.

Na área da educação, apoia projetos de educação infantil (estabelecimento de parcerias diversas para potencializar o projeto pedagógico de creches e pré-escolas voltadas à educação de crianças de zero a seis anos); de formação de educadores de organizações sem fins lucrativos (apoio a programas de formação e capacitação de educadores de instituições de atendimento a crianças e adolescentes, programas de formação de gestores e lideranças institucionais e comunitárias, bem como a organização de seminários e oficinas); de fortalecimento da escola pública (apoio ao desenvolvimento pedagógico e à gestão democrática nas escolas públicas, buscando a melhoria na qualidade do ensino) e de ação complementar à escola (estabelecimento de parcerias diversas para potencializar o projeto pedagógico de instituições de atendimento a crianças, adolescentes e jovens).

Outra instituição criada por Grajew, em 1990, foi a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, que hoje conta com mais de 2,5 mil empresas associadas, e seu trabalho é focado na relação das empresas na promoção dos direitos da criança.

A Fundação Abrinq foi fundada em 13 de fevereiro de 1990 e sua principal finalidade estatutária é defender os direitos das crianças, com base no que dispõe a Constituição

Brasileira de 1988, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

Como uma das mais importantes Fundações entre as Organizações Não Governamentais que atuam em defesa dos direitos da criança, a Fundação Abrinq abriu um caminho no Brasil no sentido de dar visibilidade ao "Terceiro Setor", como agente de desenvolvimento social. Considerada um exemplo de como mobilizar sociedade e governo em favor da criança, uma das linhas de estratégia de ação da Fundação Abrinq é a atividade de comunicação para que a ação em defesa dos direitos da criança tenha resultado e que a voz da luta seja ouvida. Para ela, só um trabalho bom na área da comunicação permite: repercutir na sociedade denúncias de violação dos direitos da criança; angariar o apoio da opinião pública para a causa; pressionar legisladores e governantes; divulgar experiências bem sucedidas; propor à sociedade novas soluções.

A Fundação entende que apenas informar e defender os direitos das crianças é insuficiente, pois muitos dos parceiros querem ver ações concretas. Passa, então, a propor ações pró-ativas em áreas que, a princípio, são chamadas "apoio à comunidade".

Em 1990, esse apoio à comunidade englobava ações em educação e cultura, fundidas, em 1991, em uma só área que, além da educação e cultura, abria para a saúde e violação dos direitos, sendo incluída, em 1992, a área de trabalho infantil e juvenil. Essas áreas foram chamadas de áreas temáticas e foram renomeadas como: saúde e nutrição, educação e cultura, trabalho infantil, família e comunidade, defesa dos direitos.

Para que toda essa estrutura funcionasse e as ações se

realizassem, era preciso dispor de fundos suficientes; não só para necessidades administrativas de manutenção da entidade, mas principalmente para captar recursos na sociedade e repassá-los aos operadores e beneficiários dos projetos. Assim, a Fundação passou a fazer o papel de articuladora na área de captação de recursos.

Em 1995, nascia o Programa *Crer Para Ver*, uma iniciativa da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e da Natura Cosméticos, com a missão de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público no Brasil, por meio da participação da sociedade civil e do diálogo com o poder público. Para tanto, partia do princípio de que educação de qualidade, como instrumento privilegiado de transformação social, só seria alcançada pela mobilização e articulação de diversos setores da sociedade.

Formava-se uma rede de participação voluntária das consultoras Natura que, ao vender seus produtos, arrecadavam recursos e divulgavam as ideias do Programa Crer Para Ver em todo o País. Dessa rede, participaram também artistas, fotógrafos, publicitários, fornecedores e colaboradores – cidadãos que acreditavam na força da ação compartilhada e colocavam à disposição do Programa seus conhecimentos para criar e vender novos produtos. Assim, o Crer Para Ver foi viabilizado financeiramente.

Os recursos arrecadados eram destinados ao apoio financeiro e técnico a projetos que, vindos da comunidade, pudessem contribuir para a melhoria da escola pública brasileira e fossem referência para a elaboração de políticas públicas em educação.

Na outra ponta, integravam a rede Crer Para Ver as instituições e escolas responsáveis pelos projetos apoiados, que passavam a participar de encontros de formação, seminários

e reuniões de acompanhamento e avaliação. Desse modo, o intercâmbio permanente e enriquecedor de experiências era uma prática constante do Programa, reforçada pela publicação de instrumentos de comunicação, como informativos, cadernos e vídeos.

A ideia de abordar o tema das ONGs e escola pública surgiu através da minha experiência de trabalho, como criadora, responsável e coordenadora do projeto Rural Vivo apoiado pelo Programa Crer Para Ver, iniciativa da Natura Cosméticos e Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, desenvolvido em 16 escolas rurais da rede estadual de ensino de Pindamonhangaba, São Paulo, com início em 1999. As escolas rurais vinham sofrendo uma enorme desagregação e discriminação por parte dos sistemas educacionais. No estado de São Paulo, nos anos de 1990, ocorreram diversos momentos de reestruturação do sistema público de ensino, que reagruparam as escolas de acordo com a localização, nível de ensino e número de salas. Não só, mas também em decorrência disso, as escolas rurais passaram por um processo de desmonte e, em muitos municípios, o Prefeito não as assumiu. E o Estado dizia que a responsabilidade era do gestor municipal.

Esse descaso com as escolas rurais sempre nos causou profunda indignação. A proposta de elas passarem a fazer parte de uma escola central, que seria responsável pelo apoio e acompanhamento, não garantiu, na prática, esta integração. Na verdade, o que efetivamente aconteceu foi a ausência, por parte dos diretores, coordenadores, supervisores e dirigentes regionais, que não acompanharam e não visitaram as escolas. Com isso, coube às professoras responderem por toda e qualquer questão na escola, além de serem faxineiras, merendeiras, porteiras etc.

As escolas, em sua maioria, apresentavam problemas de água, luz e esgoto, além das péssimas condições físicas em que se encontravam os prédios escolares (se é que se pode chamar um casebre de prédio). Grande parte das crianças era advinda de comunidades extremamente carentes e de famílias de caseiros, pequenos agricultores e empregados de fazendas.

A primeira fase do Projeto teve duração de dois anos e seis meses, de julho de 1999 a dezembro de 2001, e foram quatro as frentes de atuação:

- a) formação continuada de professores;
- b) assessoria psicológica aos alunos, professores e familiares;
- c) formação de comunidade;
- d) Jornal *Ruralzinho*, com tiragem de 2000 exemplares.

O jornal foi elaborado a partir da contribuição de todos os "atores" envolvidos no projeto: comunidade, alunos, professores e equipe técnica. Atuava como o segundo ou terceiro meio de comunicação que chegava à família (primeiro, rádio, e segundo, para uma maioria, TV), e, certamente, como primeiro que chegava à escola (considerando que os livros didáticos só chegavam quando não serviam mais à escola vinculadora). Seu objetivo era informar a população de Pindamonhangaba e outros locais para onde o jornal era enviado, sobre o projeto e suas atividades, e também formar cidadãos ativos. Estava prevista ainda a participação de estagiárias do 3º ano do curso Normal que iriam atuar, durante todo o projeto, no desenvolvimento de atividades de Artes e Recreação, apoiando também o professor no trabalho com alunos que enfrentavam obstáculos no processo de aprendizagem. O recurso cobria, ainda, a aquisição de equipamentos e materiais: um computador completo, 15 aparelhos de som rádio/gravador, 12 TVs

com vídeo de 14', 16 mimeógrafos, 16 armários de aço, 16 kits com 53 jogos pedagógicos, 19 kits com 49 livros infantis e juvenis, materiais de papelaria para uso do professor e alunos.

Esse projeto de parceria entre ONG e escola pública tinha como meta principal transformar a realidade das escolas rurais, fortalecendo o professor através da educação continuada, do apoio aos alunos, do suporte oferecido pelos pais, da mudança de postura das autoridades responsáveis e da continuidade do trabalho pela Diretoria de Ensino e escolas responsáveis.

Sucateamento da rede pública, eu acho que é uma das coisas mais terríveis. As reportagens que a gente assiste sobre as condições da escola são chocantes: não tem livro, não tem papel higiênico, os banheiros quebrados, os prédios depredados, as professoras e professores operando sem condições, a questão do controle das periferias, a questão do controle dos agentes anti-sociais sobre a escola ou a interferência com violência e da marginalidade sobre a escola me parece assustador. (entrevistado).

Ao salientar a importância das ONGs no apoio às escolas, denuncia-se a ausência e negligência do Estado, sob a política neoliberal, e acena-se para uma nova possibilidade de organização educacional, que é a parceria entre ONGs e escola pública, numa perspectiva crítica e transformadora. Segundo Paulo Freire (1993, p. 77),

[...] a busca da escola pela autonomia não deve significar a omissão do Estado e este deve oferecer educação de qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda social.

A preocupação com a autonomia também aparece na fala dos dirigentes das ONGs:

Uma autonomia não para executar tarefas, mas para pensar, construir coletivamente o projeto político-pedagógico. Um projeto de escola que atenda aos reais interesses da população a que se destina a escola pública. (entrevistado).

Alguns autores apontam que as ONGs tem um grande potencial no que se refere ao desenvolvimento do país. Iniciativas no setor não formal têm ocorrido em diferentes partes do Brasil. Esses trabalhos informais, na sua maioria, têm sido empreendidos por ONGs. Os projetos de educação ambiental, por exemplo, para a proteção da arara-azul-de Lear e do mico-leão-dourado desenvolvem atividades em nível formal e não formal:

- a) formal: realizam cursos de treinamento para professores de ensino fundamental e médio, beneficiando cerca de 150 professores locais;
- b) não formal: por meio de campanhas publicitárias, palestras, teatros de rua e repasse de tecnologias alternativas para líderes comunitários.

Acho que é essa coisa da visibilidade, essa coisa da arte. Um projeto artístico sempre causa um grande impacto tanto nos jovens quanto nos adultos. A coisa de embelezar a cidade, de fazer alguma coisa pela cidade está muito forte em São Paulo, a cidade está superabandonada, as pessoas estão sentindo a rua como esse espaço de risco e de violência e não de convivência. (entrevistado).

O descompasso entre renda e educação, a desigualdade da distribuição dos recursos e a falta de articulação entre

as políticas sociais levam o Brasil a ter um desempenho em educação pior do que permitiria sua condição econômica. A seguir, são apresentados alguns dos resultados de um estudo realizado pela ONG britânica Oxfam, em 104 países, baseado em dados da Unesco e do Banco Mundial. A condição econômica foi medida pelo índice de paridade de poder de compra do Banco Mundial: o Brasil é o 48º em "performance educacional" – entendida como o resultado de uma relação entre número de matrículas, equidade de acesso entre meninos e meninas e taxa de conclusão – mas é o 32º em poder de compra; ou seja, a performance educacional brasileira está 16 pontos abaixo da econômica. Na América do Sul, Uruguai, Chile, Venezuela, Paraguai, Argentina e Equador estão mais bem posicionados que o Brasil no ranking. Tomando como base as referências do estudo, o Nordeste seria comparável a Moçambique (97º) e o Sudeste à Coreia do Sul (11º).

Segundo avaliação, as metas traçadas na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, não foram cumpridas. Os 155 países participantes haviam se comprometido a garantir o acesso universal à educação básica até o ano 2000. Constatou-se que 125 milhões de crianças, em todo o mundo, nunca foram à escola, e outras 150 milhões param de estudar antes de aprender a ler e escrever.

Nós, brasileiros, sequer precisamos de estudos para verificar que existe disparidade entre as diferentes regiões, decorrentes das falhas nas políticas de financiamento em educação. Entendemos a importância de se articular políticas educacionais, sociais e de saúde, injetando recursos maiores nas regiões mais carentes, objetivando a erradicação da pobreza.

Nos anos de 1990, nota-se um aumento da consciência nacional sobre a importância da educação, que vem se traduzindo em novas políticas e novas formas de articulação entre o governo e a sociedade civil. Ainda longe de ser ideal, podemos considerar o Fundef, implantado em 1998 para redistribuir os recursos destinados ao ensino fundamental entre estados e municípios, uma tentativa para se instituir a parceria entre os governos municipais, estaduais e federal e deles com as ONGs. Um dos efeitos deste Fundo, conforme balanço de março de 1999, foi o aumento médio de 12,9% dos salários dos professores, com picos de reajuste salarial de até 52,9% no Nordeste. O Fundef criou um Conselho de Gestão com a participação da sociedade civil e estabeleceu como um dos critérios para que os municípios recebessem os recursos, a criação do Conselho Municipal de Educação. Esse Fundo, desde sua criação, sofre inúmeras críticas por priorizar apenas o ensino fundamental, criando, assim, uma série de dificuldades para os outros níveis de ensino. Na sua relação com o Estado e as políticas públicas, as ONGs brasileiras muitas vezes flutuam entre orientações ideológicas que correspondem à sua origem histórica e à demanda de novas práticas num Estado em transição democrática. O Estado entendeu que, no acesso a um direito, como a educação, ele não precisa ser necessariamente o executor da política. Encontra apoio na própria legislação, que tem como marcos de referência:

- a) a Constituição Federal de 1988: ao promover a descentralização, determina que o atendimento às crianças e aos adolescentes deverá ser feito com a participação da população, por meio de organizações representativas;
- b) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990): o ECA deixa de pensar as questões sociais como necessidade

e carência e passa a vê-las como direito; estabelece como diretriz a articulação das políticas básicas e das assistenciais e a execução de programas e serviços de proteção especial. O ECA é um grande avanço na discussão sobre políticas públicas e seu controle, porque ele pode representar um mecanismo efetivo de participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas governamentais;

- c) o Plano Decenal de Educação para Todos (1993): trabalha a questão da mobilização organizada e oficial da sociedade em torno da educação; traz para o cenário a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e também uma maior participação das universidades. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que tomou posse em 1995, engavetou esse plano;
- d) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96): promove a desburocratização da gestão escolar e o fortalecimento da autonomia da escola;
- e) a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998: modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências;
- f) a Emenda 14 da Constituição Federal: cria o Fundef, vincula os recursos dos estados e municípios ao número de alunos matriculados, prioriza o ensino fundamental, define 60% de gastos com salário para educadores e incentiva a habilitação dos professores;
- g) o Plano Nacional de Educação (PNE): proposta da sociedade brasileira, elaborado e consolidado nas três primeiras edições do Coned (Belo Horizonte, 1996 e 1997;

Porto Alegre, 1999) representa um acúmulo de mais de vinte anos de debates e pesquisas e que este deveria ser o documento norteador das políticas públicas para o setor;

- h) o PNE (2001): pela primeira vez, um Plano Nacional deixa de ser uma proposta política e passa a ser Lei. A proposta aprovada pela gestão de FHC e pelo Congresso Nacional desconsidera o Plano apresentado como proposta da sociedade civil. Na proposta aprovada, os vetos presidenciais inviabilizam, na prática, as suas metas.

Nesse processo, algumas questões na relação ONGs e escolas se colocam: como ressignificar os espaços da comunidade visando à construção de um projeto político-pedagógico emancipador e capaz de influenciar as políticas públicas? Quais os caminhos que podem ser percorridos, considerando a legislação vigente? As ONGs têm demonstrado efetivamente mais facilidade de fazer a articulação entre a comunidade, os sujeitos sociais e a escola? As ONGs caracterizam um jeito novo de atender demandas, articulam serviços e políticas públicas e se organizam na busca de recursos públicos e privados para atender às necessidades da comunidade? Como nos disse um dos entrevistados,

[...] a gente tem tido experiências muito boas de trabalhar com a comunidade, bem melhor que com a escola, porque, nas comunidades, a comunidade participa voluntariamente nesses projetos todos e se mobiliza mais, ela vai atrás de recursos, ela vai atrás das empresas da região, ela vai atrás dos órgãos públicos responsáveis por aquele determinado tema que ela está desenvolvendo, ela se mobiliza muito mais. Em alguns casos ela consegue muitas coisas e a gente ajuda no que pode, até para conseguir financiamento. Nós temos uma preocupação de, na medida do possível, ouvir as famílias, os pais, para saber quais as necessidades e o que eles sugerem que nós estejamos fazendo.



Capítulo 3

Relação das ONGs com a escola pública

O objetivo deste trabalho pauta-se na análise da relação entre as ONGs e as escolas públicas no estado de São Paulo, no período de 1999 a 2002 na visão dos dirigentes das ONGs. Essa análise foi feita a partir de entrevistas realizadas junto a responsáveis por 24 ONGs. Considera-se, por isso, muito relevante poder avançar na investigação desse tema e buscar melhores explicações para um fenômeno que vem crescendo e que pode influenciar as políticas públicas em educação, visto que as ONGs passam a atuar diretamente no ensino-aprendizagem e não apenas no apoio aos problemas físicos das escolas. As ONGs podem vir a desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da escola pública como espaço educativo que estimula o desenvolvimento das condições que promovem a cidadania e a justiça social.

O conjunto de leituras realizadas e apresentadas nos capítulos deste trabalho, bem como a oportunidade de participar do projeto Rural Vivo no período de 1999 a 2001, em Pindamonhangaba (SP) e da pesquisa sobre parcerias ONGs-escola, na cidade de São Paulo, favoreceram a delimitação não apenas do problema desta investigação para o mestrado, mas também a definição dos procedimentos para a obtenção de informações que pudessem auxiliar a compreensão da questão central que propôs: Qual é a relação

entre as ONGs e as escolas públicas municipais, estaduais e as respectivas redes e sistemas de ensino, na visão dos dirigentes das Organizações Não Governamentais, no período de 1999 a 2002, no estado de São Paulo?

3.1 Perfil das ONGs entrevistadas

Para chegar a responder o problema da pesquisa, optei por um estudo teórico-prático sobre o tema, uma vez que, como educadora, atuava nos dois segmentos: ONGs e escolas públicas. Eu tinha como hipótese inicial que a relação era muito complicada e dificultada pela novidade, pela falta de conhecimento do assunto, pela falta de delimitação da responsabilidade de cada setor e pela falta de diálogo entre as partes envolvidas. Nesse sentido, lancei mão de diversos instrumentos de pesquisa: a) pesquisa bibliográfica sobre o tema: além de ser um tema polêmico, existe muito pouca bibliografia que trata especificamente sobre as ONGs e a educação. Assim, levantei a bibliografia possível que trata sobre a sociedade civil, os movimentos sociais e populares, o Terceiro Setor e as ONGs, numa perspectiva de atualização dos assuntos e da relação com o tema da minha pesquisa; b) pesquisa em fontes documentais: publicações, jornais, revistas, estatutos e regimentos de associações, materiais de registro e divulgação das entidades (ONGs), bem como, a Legislação existente relacionada ao tema em âmbito municipal, estadual e principalmente federal; c) participação em eventos e atividades, como forma de ampliar o campo de investigação e a possibilidade de atualização do tema; d) entrevistas: para atender especificamente ao objeto da pesquisa e ao problema levantado, realizei entrevistas

estruturadas que foram aplicadas com 24 dirigentes de ONGs, com sede na cidade de São Paulo.

As perguntas que foram elaboradas e aplicadas junto às ONGs tiveram o objetivo de mapear a opinião dos seus dirigentes. A partir das respostas colhidas no questionário inicial surgiram outras perguntas secundárias que fortaleceram a busca das respostas ao problema colocado na pesquisa e que foram utilizadas para mapear qual a visão que os dirigentes das ONGs pesquisadas tinham sobre: concepção de parceria; fontes de recursos dessas ONGs e a relação das instituições financiadoras com os projetos e entidades financiadas por elas; visão que eles possuíam a respeito das escolas públicas e também sobre as demais instituições com as quais desenvolviam projetos; relação entre as ONGs e as redes e sistemas municipais e estaduais de ensino; principais dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos e os espaços facilitadores para que os mesmos tivessem êxito. O propósito das entrevistas foi levantar dados quali-quantitativos para definir e comprovar ou não as hipóteses iniciais.

A **entrevista** foi adotada como estratégia para o levantamento de informações necessárias para análise das questões acima, pelo entendimento de que a voz dos sujeitos envolvidos nas ações deve ser evidenciada como fonte privilegiada em uma perspectiva dialógica e qualitativa de pesquisa. Não se discute que a observação de ações de distintas ONGs é fonte fundamental, assim como a análise de documentos; porém, o tempo de um mestrado implica recortes que garantam exequibilidade e aprofundamento. Optou-se, principalmente, para a pesquisa em nível de mestrado, por ouvir-se os sujeitos responsáveis pelas ONGs em entrevistas. Tratava-se de dar início a um estudo que

deverá ter continuidade em nível de doutoramento, com observações, novas entrevistas que incluirão sujeitos de outros setores e análises de documentos.

Coerentemente com o **pensamento de Paulo Freire**, buscava-se a construção de diálogo, partindo-se por exercer o ouvir, a escuta atenta e criteriosa dos sujeitos privilegiados como interlocutores e companheiros nesta trajetória de compreensões sobre as relações entre ONGs e escolas.

Foram realizadas **24 entrevistas** junto a coordenadores, presidentes, vice-presidentes, secretários, responsáveis por departamentos de recursos humanos; enfim, foram entrevistadas pessoas responsáveis pelo corpo diretivo de cada ONG selecionada e/ou pessoas responsáveis por projetos específicos da área educacional.

A **seleção das ONGs** deste estudo obedeceu a **critérios** fundamentados no entendimento de que uma ONG é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos e comprometida com o desenvolvimento de uma função social e política, buscando influenciar e democratizar políticas governamentais para que estas supram de maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade, de condições de vida iguais e justas no mundo todo e, por outro lado, movimentar as comunidades em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política.

Assim, de um conjunto de quarenta entidades inicialmente contactadas, 24 correspondiam ao entendimento acima.

Foram ainda consideradas as seguintes condições para seleção: estar localizada na cidade de São Paulo; atuar com projetos educacionais relacionados à escola pública; abranger diferentes regiões da cidade de São Paulo; constituir amostra com ONGs de diferentes portes: pequenas, médias

e grandes, tendo em vista a abrangência da atuação: municipal, nacional ou nacional e internacional.

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas preliminarmente. A leitura minuciosa e atenta das respostas permitiu uma categorização preliminar com o destaque de variáveis mais diretamente associadas à compreensão sobre o papel das ONGs junto às escolas, sobre os projetos educacionais por elas desenvolvidos e sobre a relação das mesmas com o Estado.

Dentre essas variáveis, destacam-se: área e âmbito de atuação; público alvo; perfil dos profissionais dos projetos; objetivos dos projetos; tipo de vínculo com a escola; dificuldades da parceria; fatores facilitadores; vínculos com órgãos governamentais; canais de planejamento conjunto com órgãos governamentais; atuação dentro e fora da escola nos projetos educacionais.

Um primeiro esforço de análise mais quantitativa é apresentado a seguir, tendo como referência as questões desta investigação, o quadro teórico explicitado no corpo deste trabalho e as respostas encontradas neste primeiro diálogo com os entrevistados.

No fim dos anos de 1980, a dramática situação da infância no Brasil chamou a atenção da opinião pública. Segundo dados do Unicef (1989), 25 milhões de crianças brasileiras estavam excluídas de lazer, educação, alimentação, moradia, higiene adequada e submetidas a vários tipos de violência.

Com a divulgação desses dados significativos sobre a **infância brasileira**, houve uma sensibilização da sociedade, uma vez que milhões de crianças estavam excluídos dos atendimentos básicos para sua sobrevivência digna. Entre outros, esse foi um dos motivos que impulsionaram a

sociedade civil a se organizar em associações sem fins lucrativos, não governamentais e de caráter privado. Como podemos observar nos dados que coletamos, relacionados ao ano de fundação, no período de 1986 a 1997 encontra-se o maior número de registro das 24 ONGs que entrevistamos, totalizando 17 destas.

Não se pretende aqui relacionar todas as organizações da sociedade civil que, de forma direta, dentro da escola, ou indireta, fora da escola, atuam na área da educação no Brasil. Faz-se necessário uma delimitação, pois o universo das ONGs é amplo. Optou-se por desenvolver a pesquisa na cidade de São Paulo, onde está sediado significativo número de ONGs. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com 24 ONGs que atuavam com projetos educacionais, no período de novembro de 2000 a maio de 2001.

Conhecer o que fazem essas ONGs, que projetos desenvolvem, seu público beneficiário e onde atuam pode nos ajudar a fazer uma análise da relação que se estabelece nas parcerias entre as mesmas e a escola pública.

As ONGs, independentemente do seu âmbito de atuação, consideram-se promotoras da educação. Educação essa, entendida como além dos muros da escola. Noam Chomsky, em entrevista concedida, em 1996, aos alunos do Departamento de História da USP, dizia que "a educação deve com certeza ser um componente fundamental de qualquer programa de transformação da sociedade. [...] a educação é um assunto para a vida inteira, ao menos numa sociedade que aspira à liberdade e à justiça". Um dos grandes desejos das ONGs é contribuir para uma transformação da sociedade e são unânimes em defender que essa mudança acontecerá por meio da educação. As outras áreas de

atuação das ONGs são: Cultura – nove; Direitos Humanos e Cidadania – seis; Saúde – cinco; Comunicação – cinco; Meio Ambiente – quatro; e Esporte e Lazer – duas. Apenas sete ONGs definiram uma única área de atuação – a educação –; as outras 17 atuam em duas ou mais áreas.

Escolhemos um universo bem diverso de ONGs. São de todos os tipos e tamanhos, de fundações e institutos a associações locais que atuam com pequenos projetos. Quanto ao âmbito de atuação, temos 11 ONGs em nível municipal; sete ONGs em nível nacional e seis ONGs em nível internacional. Das sete ONGs de atuação nacional, apenas uma não tem atuação municipal. Das seis ONGs de atuação internacional, todas têm atuação nacional e municipal.

Os **recursos** que recebem para desenvolver seus projetos e atividades são basicamente provindos de parcerias nacionais, com empresas ou fundações empresariais e de fomento, ou de contratos ou convênios com órgãos públicos nacionais. Constatamos que 15 das ONGs entrevistadas possuem mais de uma fonte de recursos e nove possuem apenas uma fonte de recursos. A natureza dos recursos das ONGs provoca constantes discussões e debates entre os que defendem que os **recursos públicos** devem ser administrados e aplicados pelos órgãos públicos e que, ao receber recursos privados, as ONGs estão ficando com uma parte de recursos destinados ao setor público. "Na última década, o conceito de público – e a necessária distinção entre o público e o estatal, ou seja, a compreensão de que o público não se reduz ao estatal – sofreu uma intensa transformação". (ABONG, 2002a, p. 12).

O **público participante** (alvo) dos projetos das ONGs são as comunidades de baixa renda e em situação de risco, os moradores de rua, os negros, as crianças e os jovens, os

educadores e as lideranças comunitárias. A grande concentração está no atendimento às crianças e aos jovens. Vinte e duas das ONGs entrevistadas desenvolvem seus programas e projetos para atender as demandas da infância e juventude. A precariedade das políticas públicas de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, o aumento da violência, do consumo e tráfico de drogas, do trabalho infantil e da prostituição infanto-juvenil mobilizaram os sujeitos da sociedade civil, do terceiro e do segundo setores, para buscar alternativas de ações, sem deixar de cobrar do Estado o cumprimento de suas funções.

Para garantir a qualidade no trabalho que realizam e, em especial, nos **projetos educacionais**, o quadro diretivo das ONGs é basicamente formado por educadores, das mais diversas áreas, que atuam ou já atuaram em escolas públicas ou privadas. Além desses, os profissionais alocados para desenvolver, executar e acompanhar os projetos educacionais possuem nível superior e/ou pós-graduação em nível de mestrado e doutorado e são das mais diferentes áreas de formação. Das 24 ONGs entrevistadas, 100% responderam que em seu quadro de profissionais possuem educadores com formação em nível superior. Seis ONGs contam com mestres e duas com doutores. Nem todos os educadores que atuam nos projetos possuem nível superior: dez ONGs responderam que profissionais com nível médio também participam e desenvolvem ações nos projetos educacionais, sejam elas administrativas ou de formação.

Os **objetivos** identificados e explicitados pelos entrevistados sobre os projetos são, em sua maioria, associados à área da educação. Esse é mais um indicador que comprova a prioridade das ONGs pelas atividades educacionais. Elas entendem que, sem o sujeito viver um processo educativo que

lhe possibilite criar alternativas de sobrevivência e de conhecimentos culturais, sociais e políticos, não conseguirá superar o seu estado atual. A formação profissional para jovens é o objetivo que mais aparece nos projetos das ONGs, seguido de promoção e fortalecimento da cidadania, melhoria da qualidade de vida, formação de educadores e de lideranças sociais, alfabetização de jovens e adultos e preservação da saúde. Buscam, com esses objetivos, a participação dos sujeitos na vida social e política da comunidade e o seu protagonismo na construção de um projeto de vida consistente e coerente. Na proposta de atuação dos projetos, os objetivos mais apontados pelas ONGs são:

- Formação profissional para jovens
- Cidadania
- Melhoria da qualidade de vida
- Formação de educadores
- Formação de lideranças sociais
- Alfabetização de adultos
- Preservação da saúde
- Reabilitação e reinserção do ser humano
- Vivências multidisciplinares

Outros objetivos – construção do projeto político-pedagógico (PPP), construção do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvimento sustentável, ecoturismo, recuperação do meio ambiente, preservação da Mata Atlântica, aprender a conviver e aprender a aprender, formação política, intercâmbio, políticas públicas de educação de jovens e adultos, gestão escolar democrática, produção de materiais pedagógicos, buscar a verdadeira educação centralizada na verdade, no bem e no belo, elevação da autoestima e atender crianças em risco social e pessoal em caráter de abrigo – também formam colocados; porém, apareceram

apenas uma vez, o que demonstra a diversidade de propostas e áreas desenvolvidas e atendidas pelas ONGs.

Eu acho, por exemplo, que uma cadeira de Direitos Humanos deveria ser obrigatória desde a Pré-Escola até a conclusão do nível Universitário; alguns temas deveriam fazer parte intrínseca da formação dos alunos, por exemplo: tudo que a temática dos Direitos Humanos envolve e, no entanto as pessoas não aprendem isso nas escolas, são as ONGs que proliferam, em geral e na maioria das vezes são as ONGs que proliferam esse tipo de conhecimento. (entrevistado).

As **demandas atendidas** pelas ONGs têm origem principalmente nas propostas da própria entidade, da comunidade, dos alunos (crianças e jovens), das empresas e dos governos.

De um lado os próprios financiadores, eles buscam o Instituto e dizem: "a gente tem um grupo de entidades e essas entidades precisam de capacitação", o que para nós é muito bom e por outro as próprias entidades, ligam pra cá querem saber como faz... A gente tem Prefeituras, mas coisas bem pontuais, então, uma assessoria para uma equipe por três meses, a gente não tem nenhuma Prefeitura que tenha um trabalho de longo prazo com a gente como a gente tem com as entidades. Então nosso público são as Entidades Sociais e essas Fundações que investem na área social. (entrevistado).

As demandas atendidas se desenvolvem dentro e fora do âmbito escolar. Das ONGs entrevistadas, 15 desenvolvem atividades dentro da escola e 22 desenvolvem atividades fora da escola. Trabalham com alunos e comunidade, mas fora do âmbito escolar. Esses dados indicam que o espaço de atuação das ONGs é maior fora do âmbito da

escola, embora atuem com programas e projetos na área da educação.

A tarefa de formar integralmente as novas gerações não é mais considerada uma atribuição exclusiva da escola, embora tenha uma responsabilidade fundamental e específica nesse sentido, como lugar privilegiado de trabalho com o conhecimento e o desenvolvimento de aprendizagens essenciais para a vida. (CENPEC, 1999, p. 28).

O trabalho realizado pelas ONGs dentro ou fora do espaço escolar pretende ser uma forma de contribuir com a educação integral do público participante. "Além da escola, outros espaços sociais oferecem oportunidades educativas, como a família, amigos, grupos organizados da sociedade civil." (CENPEC, 1999, p. 29).

Ouvimos a opinião de cada ONG sobre o vínculo estabelecido com as escolas:

– *Como caracterizaria o vínculo estabelecido com as escolas?*

Nesse item, está relacionada à sua experiência no contato com as escolas, que pode ser mais ou menos positiva, conforme podemos observar na diversidade das respostas. Como **características positivas** apontam: a cooperação e a construção coletiva, o apoio às atividades das escolas, a assessoria para a equipe técnica e para a realização das atividades e o fato da adesão da escola e dos educadores acontecer voluntariamente. Como **características negativas** apontam: os problemas associados ao fato de as ordenações e direções não "vestirem a camisa" do projeto, as dificuldades presentes na interlocução com os diretores das escolas e os problemas relativos, também, à situação contratual dos projetos.

O cotidiano escolar, a forma como estão organizadas e estruturadas as escolas e a cultura da falta de diálogo que prevalece nas relações interpessoais da comunidade escolar faz com que as ONGs percebam e apontem dificuldades que costumam apresentar-se na parceria. Perguntamos:

– *Que dificuldades costumam apresentar-se na parceria entre sua entidade e as escolas?*

No entendimento das ONGs, as escolas esperam receber as soluções prontas para seus problemas, apresentam resistência à mudança, são dependentes dos sistemas de ensino, alteram constantemente seu quadro de profissionais, não têm tempo para conversar, falta compromisso da direção da escola e envolvimento da comunidade escolar. Essas **dificuldades** são entraves na relação das ONGs com as escolas, pois comprometem a construção do diálogo necessário para a concepção e desenvolvimento conjunto das atividades, dos projetos.

As entrevistas também revelam **fatores facilitadores**, observados pelas ONGs e entendidos como tal, no estabelecimento das relações de parceria com as escolas públicas. Na pergunta:

– *Que fatores facilitam esse vínculo?*

Levamos, a partir das respostas, fatores que são gerais, que são das ONGs e que são das escolas, conforme citamos a seguir. Foram apontados fatores conjuntos como: a construção coletiva, a avaliação dialógica e processual, a flexibilidade para ajustes, a participação no planejamento, o interesse mútuo, o cuidado com as relações e o constante contato. Fatores associados às ONGs: o respeito a todos os segmentos da escola, atuar em municípios menores, comunidades pequenas, o tema desenvolvido e sua visibilidade, a doação de materiais para a escola, a proposta da ONG,

a competência profissional e a filosofia da Fundação (entenda-se: das ONGs). Fatores associados às escolas: quando o interesse é da escola, quando há alguns profissionais que enfrentam as dificuldades, quando a direção é aberta e quando existe a boa vontade de algumas pessoas.

As relações de parceria não se estabelecem apenas com as escolas públicas; em alguns casos, elas se dão no âmbito dos órgãos governamentais. No caso da educação, é com a Secretaria Municipal ou Estadual de Educação. As entrevistas nos revelam que, embora as ONGs desenvolvam projetos e atividades dentro das unidades escolares, não significa que exista algum vínculo, por menor que seja, com as secretarias de educação. Apenas duas ONGs responderam que mantêm um vínculo bom com as secretarias. Quatro possuem um vínculo muito pontual com a Secretaria Municipal e cinco com a Secretaria Estadual. Os dados mais reveladores se referem ao fato de que as ONGs não possuem nenhum vínculo com as secretarias de educação, sendo que 16 responderam que não possuem nenhuma relação com a Secretaria Municipal e 15 com a Estadual. Outros tipos de vínculos apontados são: uma possui convênio, uma apenas encaminha informações das ações e uma não possui relação com nenhum órgão governamental. Este quadro nos provoca a reflexão sobre quais seriam as preocupações da educação oficial com o atendimento e desenvolvimento de ações para garantir ao cidadão o direito a uma educação pública de qualidade e para todos.

Nenhum, oficialmente nenhum. Nós estamos com as escolas, com secretaria nenhuma, nunca nos procuraram. Aliás, não só com a secretaria, mas com qualquer órgão público, é um desrespeito. Nossa dificuldade é com órgãos públicos, com governo do estado, prefeitura.

O Alckmin antes das eleições fez um monte de promessas, trouxe o Estadão, trouxe a imprensa, usou a nossa imagem para fazer campanha e hoje você nem ouve falar mais dele. (entrevistado).

Quanto aos canais de **planejamento e avaliação** conjuntos, para quase a totalidade das ONGs entrevistadas, eles não existem e, para algumas delas, os canais se dão pelo envio de relatórios, planilhas e informações gerais; constatamos que o órgão responsável pela educação pública não acompanha, não constrói, não avalia o que desenvolvem as ONGs nos espaços escolares e não tem conhecimento do objetivo de cada uma delas com suas atividades e projetos. Fica, assim, por conta da própria escola, o compromisso de estabelecer uma parceria acertada e arcar com as consequências da relação. Se ONG e escola possuem objetivos claros e ações conexas, o resultado da parceria é positivo e ganha o aluno, a escola, a comunidade e a ONG. Mas, se os objetivos e as ações são desencontrados e até contraditórios, todos perdem com a parceria. Dar autonomia à escola não pode significar abandoná-la e apenas estabelecer vínculos burocráticos e administrativos que só fortalecem o "poder" autoritário e hierarquizado. "A democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da res-pública". (FREIRE, 1993, p. 75).

Nesse contexto, ONGs e escolas buscam caminhos de entendimento para a concretização das ações. Colocamos a pergunta:

– *Que potencialidade observa no trabalho realizado dentro da escola? Quais as dificuldades?*

As ONGs observam, no trabalho que desenvolvem dentro do espaço escolar, as seguintes **potencialidades**:

a integração da escola com a comunidade, a elevação da autoestima, a mobilização dos alunos, a garantia de qualidade, a formação dos educadores, a possibilidade de acompanhar o cotidiano escolar, o vínculo com a universidade, a transformação dos valores, a transdisciplinaridade, o envolvimento do público escolar com as questões ambientais e a boa vontade do corpo docente e direção. Como **dificuldades**: "chegada" (início da relação), "fazer pela escola", alteração constante do quadro docente, a direção resistente, o tempo para formação, falta de estrutura, a escola não dá continuidade, faltam recursos e a lógica com que se organiza e funciona o sistema escolar. Essas dificuldades são entraves na relação das ONGs com as escolas, pois não permitem que construam uma parceria dialógica.

Trabalho de arte é um trabalho que tem a maior potencialidade dentro da escola. Acho que o que buscamos é caminho, estratégias de como fazer, já fizemos algumas tentativas e conseguimos alguns resultados super positivos (sic), mas eu acho que é o grande foco e a grande saída para o país para repensar a Educação. (entrevistado).

Pelas entrevistas com as ONGs, observamos que existe uma preferência pelo desenvolvimento de atividades e projetos **fora do âmbito escolar**, mas relacionados com uma concepção de escola, cujo espaço ultrapassa suas paredes. Isso fica evidente com a pergunta:

– *Quais são os benefícios de realizar essa(s) atividade(s) fora do âmbito escolar? Quais as dificuldades?*

Elas apontam como benefícios à realização das atividades fora do espaço escolar: melhora nas relações escola e comunidade, elevação da autoestima, menos burocracia, horários mais flexíveis, inserção na comunidade, espaços

de aprendizagem fora das quatro paredes, faz parte da vida, atividades mais abrangentes, sai do negativismo da escola pública, participação da comunidade, mobilização e continuidade das atividades pela comunidade, atender a clientela que não chega à escola, participação das crianças que estão fora da escola, a criança está se desenvolvendo como ser humano que tem livre participação, é agente do seu processo de aprendizado e do seu desenvolvimento. Como dificuldades: infraestrutura, problemas relativos à segurança, identificar as lideranças, relação professor x aluno viciada da escola pública, acompanhamento da família e o fato de os alunos de 15 e 16 anos das escolas não saberem ler.

Aprendemos e ensinamos em qualquer espaço e em qualquer tempo. O contexto ensina o sujeito que apreende e transforma o contexto. A vida se constrói com as experiências que vivenciamos, observamos e refletimos.

Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos. (FREIRE, 1993, p. 23).

A experiência das ONGs em relação ao processo de parcerias possibilita que apontem como percebem o movimento favorável, ou não, das escolas e das secretarias nessa questão. Quinze delas responderam que as escolas têm sido favoráveis e nove que não.

"É muito difícil estabelecer diálogo com as pessoas que trabalham nas escolas porque como as professoras têm que dar aula elas não conseguem educar, como os alunos têm que assistir aula, eles não conseguem aprender." (entrevistado).

Os motivos apontados pelas ONGs são: recuo em

desobrigar o Estado; se sentem invadidos; são receptivos; aceitam para sair do abandono; não estão predispostas a ser parceiras; as escolas têm sido mais abertas; para muitas escolas e muitos diretores, o mais fácil é se livrar dos problemas; as escolas não estabelecem uma relação de parcerias, elas procuram porque elas não têm uma política institucional de lidar com os temas que as ONGs lidam; muito burocrática e porque elas só se beneficiam com as parcerias.

"A escola é distante de projetos de educação não formal e não acredita neles. Hoje tem até uma proposta de que são concorrentes." (entrevistado).

Quanto às secretarias, lembramos que, na época da pesquisa, estávamos sob a gestão do prefeito Celso Pita no Município de São Paulo, por onde passaram diversos secretários de educação, e, sob a gestão de Mário Covas no governo do Estado, onde permaneceu durante oito anos a secretária Rose Neubauer, levantamos como depoimentos das ONGs: catorze responderam que a Secretaria Municipal não é favorável a parcerias, sete responderam que sim, duas que não sabem, pois não têm nenhum contato e uma respondeu que os governos são horríveis (Gestão Maluf, 1993-1996, e Pita, 1997-2000). Catorze responderam que a Secretaria Estadual não é favorável a parcerias, nove responderam que sim e uma acha que ela se mostra favorável.

"É falta de visão política e da educação atual." (entrevistado).

"A Secretaria... Ela se basta. Ela é dona das escolas." (entrevistada).

A falta de projeto político-pedagógico, de recursos e investimentos, de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, a desvalorização e a desesperança do professor

são algumas das características apontadas pelas ONGs que marcam a crise da escola pública. Segundo a opinião de uma entrevistada, a escola "não está a serviço dos alunos, ela não tem autonomia, ela não brilha". Essas características foram apontadas pelas ONGs na pergunta:

– Parece uma obviedade afirmar que a escola pública encontra-se em crise. Segundo sua opinião, quais são as características mais marcadas dessa crise?

Ao fazer a análise, constatamos que a formulação da pergunta condicionou as respostas, fato que explica terem aparecido apenas aspectos negativos. Outras características que relacionamos a seguir fazem parte das respostas colhidas na mesma pergunta: o Estado está falido; a educação não é prioridade; a escola vive o desencontro; falta de espaços coletivos; desvalorização do professor; é o modelo educacional que está aí; sucateamento da rede pública; crise da qualidade; falta formação para o professor; é uma crise do modelo de educação; muito da crise eu acho que é porque está distante da realidade, essas crianças não tem a menor motivação e estímulo para estar frequentando a escola; a criança tem medo da escola, do professor e do que acontece lá dentro; falta de formação ideológica dos educadores; baixos salários e professores desmotivados.

"Os alunos não ficam na escola. Os que passam na escola não são nem alfabetizados." (entrevistado).

A escola não acompanhou o processo de crescimento e evolução da sociedade. Está muito afastada da realidade dos alunos e desacreditada pela comunidade. Foi invadida pela violência global e sofre com o descaso do Estado. As ONGs apontam como responsáveis, em primeiro lugar, todos nós; em segundo lugar, o sistema público educacional

e, em terceiro lugar, os governantes.

As ONGs sabem do compromisso social que tem com a educação e entendem que a responsabilidade por garantir o direito à educação pública de qualidade para todos é do Estado. Conhecem seu papel e têm consciência da sua atuação e da sua responsabilidade. Elas deixam clara essa posição ao responder a questão que apresentamos a seguir, juntamente com algumas observações que foram feitas.

Observações das ONGs: as ONGs têm sido espaços de resgate da cidadania, de controle do Estado; não resolve tudo, mas é um passo; acho que seria uma grande solução; é um caminho que tem que ser explorado; isso é muito de Brasil, colocar solução mágica para tudo; se fosse uma parceria ONG-Escola-Estado em que realmente cada um fizesse sua parte a gente saía desse buraco; é uma responsabilidade do poder público, esse modelo não seremos nós, as ONGs, que iremos resolver; o Estado tem sua tarefa e tem que abrir seus muros; não é papel das ONGs substituir as obrigações do Estado.

Finalmente, provocadas pela pergunta:

– Que tendências poderiam visualizar no futuro em matéria de parcerias ONGs-escola?

Elas formulam suas hipóteses para o futuro, pautadas nas experiências do passado e do presente, e respondem: uma política acertada de parcerias escolas-ONGs deveriam supor: contato ONGs e secretarias de educação para conhecimento e discussão das prioridades dos governos em matéria de educação; as prioridades de cooperação das ONGs com as escolas devem-se adequar ao projeto político-pedagógico da escola; a cooperação das ONGs deve visar, sobretudo, ao benefício do aluno; em qualquer hipótese, a participação da comunidade interna e externa

da escola é imprescindível na cooperação ONG-escola. Outros responderam: caminhamos para uma estabilidade; acho que é a solução, o caminho; é a necessidade de fazer com que a pessoa aprenda também com a escola da vida; unir esforços; unir as especialidades de cada ONG em ações comuns; aproximação cada vez maior; a realidade de capacitação, de grande centro urbano, é muito egoísmo, cada um salva o seu pão e dane-se o resto; estão crescendo. Tanto ONG quanto escola tem muito para construir e ensinar juntas; para o Brasil é um dos caminhos mais viáveis a parceria ONG-escola, especialmente com as que detêm o conhecimento; precisa ter experiências, colocar mais aventureiros dentro das escolas, esse não é o caminho; investimento na questão da formação; a tendência é melhorar; a escola está muito fechada, mas por outro lado também está perdida; o mais importante para a educação é a formação. Como nos disse uma das entrevistadas,

[...] a gente vê em muitas escolas pessoas apaixonadas pela educação, que vê como uma missão mesmo e têm aqueles que veem só como um trabalho e é muito diferente. O trabalho você executa quando você trabalha com uma máquina e você produz parafusos, missão é quando você trabalha com o coração, trabalha com a pessoa e Educação é um trabalho de coração. Você trabalha o coração da criança, do jovem e tendo sempre consciência que o conhecimento não é só passar conteúdos, mas é criar um aprendizado de vida porque a vida acaba ensinando a pessoa, seu testemunho e o amor por aquilo que você faz cativa muito do que fazer por fazer.

3.2 O que dizem os dirigentes das ONGs

A natureza do trabalho das ONGs não é substituir a ação do poder público, do Estado. Seus serviços não são universais; elas não têm como proposta ter representatividade pública. Sua missão é identificar e analisar as causas dos problemas sociais, apontar soluções, construindo modelos de intervenção e ajudando a envolver a população na luta cidadã.

As ONGs não podem tomar para si. Pode ser uma solução pontualmente, mas é um erro você pensar que uma ONG foi criada para cobrir carências do Estado. Na verdade, a ONG não pode tomar em mãos uma coisa que é de função e responsabilidade do Estado. Ela pode cobrar o Estado para fazer, ela pode apoiar, ela pode fazer uma série de coisas, mas não tomar para si a responsabilidade. Nesse sentido, ela não pode mudar, ela pode atenuar, ela pode colaborar, mas não vou dizer que está aí a solução dos problemas. (entrevistado).

Nesse sentido, neste capítulo, apresentamos as categorias de análise das respostas dos dirigentes das ONGs nas entrevistas, buscando responder qual é a visão que os dirigentes das ONGs pesquisadas têm sobre: a concepção de parceria; as fontes de recursos destas ONGs e a relação das instituições financiadoras com os projetos e entidades financiadas por elas; as escolas públicas e também sobre as demais instituições com as quais desenvolvem projetos; a relação entre as ONGs e as redes/sistemas de ensino; as principais dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos e os espaços facilitadores para que os mesmos tenham êxito.

A análise e interpretação dos dados das entrevistas realizadas junto aos dirigentes de 24 ONGs permitiram-nos chegar a algumas conclusões. Reiteramos que o que apresentamos aqui é a **visão dos dirigentes**. Nossa análise parte dos dados de como eles se veem. É o relato deles sobre o que fazem. Não tivemos a oportunidade de "ouvir o outro lado" – talvez numa nova pesquisa – e nem de verificar se realmente o que eles dizem é o que efetivamente desenvolvem. A pesquisa possibilitou observar a perspectiva que a ONG tem sobre o trabalho que ela realiza na área da educação, seja ele dentro ou fora da escola.

Em relação ao financiamento proveniente de fundos públicos, nota-se uma proximidade das ONGs, especialmente nas áreas da educação, saúde e meio ambiente. Em alguns casos, as demandas são das próprias ONGs que encaminham suas propostas para as diferentes áreas de atendimento dos fundos; em outros casos, as propostas são de prestação de serviços solicitadas pelo Estado. Nas respostas, constatamos que as ONGs acessam **fundos públicos nacionais e internacionais**, ficando evidente a participação de órgãos governamentais brasileiros. Conforme levantamos nas falas dos dirigentes, 66,4% dos recursos captados pelas ONGs são públicos nacionais e 8,3% são públicos internacionais. Citam, como exemplo: recursos do Banco Mundial; recursos do BNDES; Petrobras; contrapartida da Escola Paulista de Medicina; verba do **Fundo da Criança e do Adolescente (Funcad)**; convênios com prefeituras; convênios com Secretaria de Promoção Social do Estado, convênios com a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e convênio com a Secretaria Municipal de Saúde.

Em relação aos recursos **privados** que vêm das empresas ou de seus respectivos institutos e fundações, a pesquisa mostra que, na fala dos dirigentes das ONGs, estão muito presentes as parcerias com o segundo setor: privado, nacional e internacional. Essas parcerias assumem diferentes características. Há aquelas em que as ONGs desenvolvem projetos que são formulados e executados por elas mesmas, cabendo ao patrocinador apenas o financiamento. Em alguns casos, essa relação se constitui a partir de demandas das empresas financiadoras, ficando as ONGs com a responsabilidade de desenvolver e executar (prestação de serviços) o que foi proposto. Há ainda parcerias em que os projetos são construídos em conjunto: ONG e financiador elaboram juntos o projeto ou programa.

Dentre os recursos captados pelas ONGs, dos que provêm do setor privado, a maior parte são de origem nacional. Apenas um dirigente afirmou que

[...] os recursos desta ONG vêm de projetos realizados – prestação de serviços; os empresários entram com apoio financeiro ou com pessoal para os projetos. Trata-se de uma fundação cuja mantenedora é de procedência religiosa. Ou seja, a retaguarda financeira é oferecida pela Igreja. A ONG se beneficia de recursos da Fundação. Algumas empresas doam materiais diversos, cestas básicas etc.

Esta resposta apareceu na fala de dois dirigentes: *doações de pessoas físicas*. Alguns dos financiadores foram citados nas entrevistas, como: Fundação Bank-boston, Fiat Automóveis, Fundação Ford, Lebstroux, Xerox e Promon.

Outra forma de captar recursos e promover a sustentabilidade da ONG é a comercialização de produtos. Porém, esta é uma fonte muito pequena e que é adotada por poucas ONGs. Apenas 4,2% buscam recursos com a venda de materiais que são produzidos em cursos e oficinas que oferecem (reciclados e artesanato) e outros 4,2% buscam recursos com a venda de materiais coletados em campanhas de reciclagem.

Mas não são apenas os recursos financeiros que mantêm as ONGs atuantes. Segundo os dirigentes, elas "contam com muito trabalho voluntário". As dificuldades financeiras são enormes. Elas exigem esforços suplementares de captação de recursos. Uma das grandes dificuldades das ONGs em desenvolver seu trabalho está na questão do tempo do financiamento, da obrigação com o cumprimento dos prazos e da apresentação dos resultados e produtos. Essa relação se dá tanto com o financiador do setor privado como com o financiador do setor público. "Há pressão da instituição financiadora para que o projeto seja executado no prazo e obtenha os resultados esperados", resposta dada por um dirigente entrevistado.

Quando perguntamos aos dirigentes das 24 ONGs pesquisadas sobre qual a sua concepção de parceria entre as escolas públicas e as ONGs, diversas foram as respostas obtidas. Ao analisarmos todas elas, verificamos que evidenciam uma concepção predominante de parceria, conforme queremos provar ao apresentar os percentuais abaixo, de acordo com os índices de incidência de cada resposta por parte dos entrevistados.

Para 45,8% dos entrevistados, – ou seja, para onze dos 24 dirigentes, a parceria em si não traz soluções para a escola pública; no entanto, é algo positivo porque ajuda

e colabora com atividades complementares às atividades lá desenvolvidas. Nesse sentido, é bem-vindo e valorizado o apoio que as ONGs oferecem às atividades pedagógicas desenvolvidas na escola, prestando serviços de qualidade que nem sempre o Estado consegue manter. Tais serviços se referem, por exemplo, ao oferecimento de cursos especializados ao corpo docente e às comunidades escolares em geral, sobre, por exemplo, "direitos humanos", "violência escolar" e "projetos complementares na formação do corpo docente"; ou, por outro lado, o desenvolvimento de projetos que garantem bibliotecas e outros recursos didático-pedagógicos para as mesmas.

Na mesma direção, quase que completando a resposta anterior, constatamos que 29,2% dos entrevistados consideram que as parcerias entre ONGs e escolas públicas elevam a autoestima de todos os que estão na escola e também das próprias Organizações Não Governamentais, pois podem aprender juntos. Melhora também a imagem da escola perante a comunidade, o que favorece a que os resultados da instituição escolar sejam mais interessantes, principalmente no caso em que as ONGs são consideradas instituições que detêm um saber, um conhecimento específico que pode servir significativamente às escolas. Em qualquer caso, repete-se a afirmação dos dirigentes de que há uma troca e um aprendizado de ambas as partes.

Ainda significativos são os números relacionados ao fato de as parcerias oferecerem serviços de formação docente, formação profissional e estágios aos integrantes das escolas públicas: 25% dos entrevistados. Por outro lado, 20,8% dos dirigentes advertem para o fato de que a ONG não pode tomar para si a responsabilidade que

é do Estado. Ou seja, ela deve colaborar e não "fazer por". Cooperação, participação de todos e necessidade da construção coletiva dos projetos, são aspectos valorizados por 16,6% dos dirigentes das ONGs que, assim, confirmam uma concepção dialógica de parceria e nos mostram que é predominante a visão de que, para os dirigentes das ONGs, as escolas são, no geral, favoráveis às parcerias, mesmo considerando resistências, dificuldades de diálogo e comunicação, principalmente no início dos projetos e na fase de aproximação entre as ONGs e as escolas.

Confirmando os dados acima, constatamos que, para 12,5% dos entrevistados, outros aspectos devem ser considerados quando falamos em concepção de parceria: a participação da comunidade é imprescindível na cooperação entre ONGs e escolas; as parcerias poderiam ser a solução para as escolas públicas, principalmente na produção e oferecimento de material didático atualizado e significativo ao contexto; e há, ainda, pouco vínculo entre escolas públicas e tais organizações.

Outras respostas, menos frequentes entre os entrevistados, são aquelas que receberam, respectivamente, uma ou duas indicações. Apenas 8,3% dos dirigentes das ONGs mencionam que a parceria pode ajudar na criação de novas políticas públicas e de práticas mais ousadas e inovadoras de ação nas escolas. Eles afirmaram que as escolas são ainda fechadas e que os diretores não querem o diálogo com as ONGs e apontaram que falta maior interação entre as atividades de educação formal e não formal, além de defenderem um contato mais permanente e uma relação mais dialógica entre elas. Apenas um dos dirigentes entrevistados referiu-se ao

fato de que algumas escolas consideram as parcerias paternalistas e defende que as parcerias não sejam apenas relacionadas às ajudas financeiras, mesmo considerando que as escolas públicas não possuem recursos; por fim, afirma que a solução não é realizar parcerias em si, mas, no geral, promover e desencadear ações mais solidárias, mais comprometidas e ampliar a união entre escolas públicas e ONGs, dando-nos a entender a necessária superação de parcerias mais pontuais, visando a ações mais duradouras e de maior fôlego.

No geral, estamos diante de uma visão positiva dos dirigentes das ONGs em relação às parcerias com as escolas públicas, pois, mesmo reconhecendo as dificuldades das mesmas, propõem um diálogo aberto, no qual todos podem aprender e ensinar, dando-nos indicadores de uma concepção de parceria não doadora, mas, sim, problematizadora e incentivadora da participação da comunidade numa perspectiva crítica e transformadora.

No que se refere às principais dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos e aos aspectos facilitadores para que os mesmos tenham êxito, é muito grande e diversificado o número de respostas. Para que se tenha uma ideia clara, ao tabularmos as respostas dos 24 dirigentes entrevistados, chegamos ao número de 32 dificuldades apontadas. Contudo, é possível apresentar, em síntese, as mais incidentes.

Para 50% dos dirigentes, uma das mais importantes dificuldades encontradas na relação com as instituições participantes dos projetos desenvolvidos pelas ONGs é a "estrutura pesada" das escolas públicas, que não aceitam novas formas de trabalho e estão fechadas para o diálogo, até mesmo, perdidas em seus gigantismos e fechadas para

as suas comunidades. Nesse item, incluem, por exemplo, a inexistência, nas escolas, de novas formas de trabalho; a excessiva centralização dos órgãos centrais da educação, que dificultam a abertura ao diálogo; a enormidade da máquina administrativa, que dificulta e burocratiza o contato com as escolas das redes e sistemas de ensino; o modelo ultrapassado de escola, com um currículo fechado, rigorosamente programado e sem abertura para mudanças; a falta de autonomia da escola e o gigantismo das redes. Em outras palavras, os dirigentes das ONGs consideram que o funcionamento geral do sistema de ensino público despreza os atuais debates entre educandos e educadores e demais segmentos escolares, dificultando as necessárias mudanças nos espaços físicos das escolas e na estrutura dos próprios sistemas.

Todos os entrevistados mencionam, de forma direta ou indireta, o abandono a que a escola pública está submetida. Sete dos 24 dirigentes entrevistados, ou seja, um total de 29,1% deles, ao se referir a este abandono, consideram que o Estado desvaloriza o professor, que há um descaso com a educação por parte do governo e que, ainda, os salários dos trabalhadores em educação são baixos. Apontam, ainda, a falta de um plano de carreira, a desatenção com a formação dos educadores e afirmam que o Estado brasileiro "sucumbiu às determinações do neoliberalismo, não possui política social nem política pública". Outra resposta significativa (25% dos entrevistados) refere-se ao fato de que todos são responsáveis pela crise educacional pela qual passamos. Ou seja, os dirigentes das ONGs consideram que diante da diminuição dos investimentos sociais e educacionais, a culpa pela crise e pela globalização é de todos: da família, da

escola, da sociedade em geral. E completam: não se trata de algo que se resolva numa década.

Merecem destaque, ainda, a lembrança de 16,7% dos dirigentes para o fato de que, efetivamente, faltam recursos para a educação, que o Estado não prioriza o social, o educacional e que, muito menos, investe na formação dos educadores. 12,5%, ou seja, três dos 24 dirigentes de ONGs entrevistados apresentam, como dificuldade encontrada na relação com as instituições participantes dos projetos oferecidos e/ou disponibilizados pelas ONGs: a alta rotatividade dos profissionais da educação (entre eles, diretores e docentes), a dependência da boa vontade de diretores e de professores para que os projetos sejam aceitos e aprovados e, ainda, a falta de tempo e de comprometimento dos mesmos para apoiar os projetos da própria escola. Outro aspecto também citado foi o fato de que as crianças pobres matriculadas nas escolas públicas, geralmente, faltam às atividades propostas pelas ONGs, e que mal sabem ler e escrever, o que comprova a má qualidade da alfabetização pública, conforme afirmam.

Menos citadas por um número maior de dirigentes, mas, de qualquer forma, respostas que também apareceram uma ou duas vezes nas falas dos entrevistados, são as que consideram que as escolas esperam soluções prontas das ONGs; resistem e desconfiam das ONGs porque temem perder a sua "autonomia"; consideram que é difícil conciliar as agendas das escolas com os prazos da ONGs; sentem-se invadidas e temem desobrigar o Estado de seu comprometimento com a educação e aceitam tudo acriticamente. Outros consideram que existe uma crise da escola pública, em que Estado e sociedade

civil são corresponsáveis; apontam como problemas e dificultadores o limite de idade para aplicação de alguns projetos; afirmam que existe a desesperança docente que se expande para a comunidade. Além disso, alguns dirigentes afirmam que há resistência da comunidade em participar dos projetos propostos pelas ONGs e que, por outro lado, os projetos de curso prazo, nas escolas, dificultam a consolidação das mudanças. As escolas também pedem demais e demandam muito das ONGs; há dificuldade de envolver a escola como um todo para participar de novas formas de trabalho; há escolas que procuram se livrar de problemas e expulsam os alunos; há falta de continuidade do projeto pela escola; a que apresenta baixo nível na qualidade do ensino possui excesso de alunos em sala de aula; duplas jornadas de professores em diferentes escolas. Observa-se, ainda, uma concepção transmissora do saber; há preconceito contra as ONGs que possuem financiamento captado com instituições religiosas e contra as crianças oriundas de abrigos; e, por fim, as "leis não saem do papel".

Como vemos, são muitos os limites e as dificuldades percebidos pelos dirigentes de ONGs, o que estaria realmente obstaculizando o alcance dos projetos oferecidos pelas mesmas às escolas públicas.

Muitos são, também, os aspectos facilitadores que pudemos levantar. Dentre eles, os mais presentes nas respostas dos dirigentes das ONGs foram o interesse dos pais e das comunidades escolares em realizar as parcerias e, no geral, a receptividade e o estabelecimento de vínculo entre escola e comunidade, apoiando os projetos. Quando isso acontece, há certamente, segundo os dirigentes, a superação das resistências e a criação de

condições plenamente favoráveis para o êxito dos projetos. Citaram este aspecto positivo 16,7% dos entrevistados (ou seja, quatro dos 24 dirigentes).

De acordo com 12,5% dos dirigentes, há igualmente escolas e pessoas que assumem plenamente as suas responsabilidades com os projetos de parceria, mantendo-se abertas ao diálogo e reconhecendo-se, no processo, mais competentes para assumirem as suas funções no projeto, o que acaba melhorando a autoestima de cada participante e ampliando a aproximação e o contato com as assessorias das ONGs.

Aspectos facilitadores das parcerias entre ONGs e escolas públicas, citados, cada um deles, por pelo menos dois dirigentes entrevistados, são aqueles que afirmam a existência de respeito a todos os envolvidos e a flexibilidade para ajustes em projetos e em prazos; a positividade de se acompanhar o cotidiano das escolas e a prática dos educadores; o fato de as parcerias com ONGs serem mais aceitas hoje do que antigamente. Por último, resta registrar as respostas que foram citadas por, pelo menos, um dos entrevistados. São os seguintes aspectos facilitadores das parcerias: nos municípios menores é mais fácil desenvolver as parcerias e os projetos; é positiva a aproximação das universidades e a consequente melhoria da qualidade do ensino; o tema meio ambiente atrai as escolas; as parcerias são favorecidas quando já existe a prática da participação da comunidade no planejamento das escolas; é positiva a doação de materiais para as escolas; é igualmente positiva a possibilidade de mudanças para construir novos valores na escola, bem como de desenvolver atividades fora do espaço escolar, o que é incentivado pelas ONGs; abrem-se novas possibilidades

de mudanças; acontece a maior mobilização dos alunos e incentiva-se a maior autonomia da escola; ocorre uma relação complementar ao trabalho da escola; há confiança da escola no trabalho desenvolvido pelas ONGs; os resultados positivos de projetos anteriores incentivam a confiança e a continuidade dos novos projetos; as parcerias incentivam a busca, a aproximação e o trabalho em rede. E, por fim, um dirigente de ONGs defendeu o financiamento de escolas privadas com recursos públicos, o que, segundo ele, qualificaria o atendimento via assessoria das ONGs.

Já observamos, nos dados acima, a existência de indicadores que nos permitem inferir que significativa parcela dos dirigentes das ONGs consideram positivo o trabalho complementar destas em relação às escolas públicas, mesmo apontando a necessidade de maior diálogo entre as partes e defendendo a ampliação dos canais de comunicação entre todos. Consideraremos, agora, as respostas dadas pelos referidos dirigentes à pergunta especificamente relacionada à visão que os mesmos possuem a respeito das escolas públicas.

Para 54% dos dirigentes entrevistados, os professores das escolas públicas encontram-se despreparados para o exercício do cargo, são mal remunerados, desprezados e desvalorizados pelo próprio sistema educacional. Segundo os dirigentes, os docentes "são obrigados a cumprir uma alta carga horária", muitos deles estão presos à burocracia e só "funcionam através do Diário Funcional" e têm que "dar conta de temas gerais como violência e drogas", para os quais não estão preparados. Entendem que a alta rotatividade docente está diretamente relacionada a esses fatores.

Para 29,2% dos dirigentes, há total inadequação da estrutura física das instituições escolares para o desenvolvimento do trabalho educativo: espaços feios, pouco atrativos, que se configuram como espaços de carência, contribuindo para o negativismo e a falta de esperança, dificultando ainda mais a superação, pela escola pública, dos problemas e desafios que lhes são apresentados cotidianamente. 25% dos entrevistados apontam o isolamento das escolas em todas as instâncias sociais (não se comunicam com as outras escolas da região; há pouco contato e acompanhamento das diretorias de ensino; há pouco contato com instituições do bairro; há pouco contato com a comunidade), o que as tornam alheias em relação ao próprio contexto no qual estão inseridas e, por conseguinte, distanciadas da realidade dos seus alunos e alunas.

Apesar de todas as dificuldades encontradas pelas escolas públicas, 16,6% dos dirigentes destacam que as escolas se esforçam e procuram diálogo com as ONGs. Eles consideram que as referidas instituições educacionais são favoráveis à parceria, mesmo diante de sua pouca autonomia, do trabalho fragmentado e da inexistência de projetos coletivos, conforme argumentam 12,5% dos entrevistados.

Ainda no que se refere à visão de escola pública por parte dos dirigentes entrevistados das 24 ONGs, 4,2% e 8,3% apontam entendimentos próximos e complementares sobre elas e sobre o que acontece no seu interior: a concepção de conhecimento se mantém tradicional e, portanto, transmissora de conteúdos; a burocracia da escola permanece sendo a principal característica de sua organização. Dois dirigentes destacam que os professores são

comprometidos, apesar do salário e das condições adversas de trabalho. 4,2% das respostas indicam, espontaneamente, que as crianças têm medo da escola, dos professores e do que acontece lá dentro, mas que, por outro lado, estamos diante de uma crise da educação escolar e não, propriamente, de uma crise da escola pública.

Por último, registramos as respostas dos dirigentes das Organizações Não Governamentais, no que se refere à relação entre as ONGs e as redes ou sistemas municipais e estaduais de ensino. Essas confirmam, com significativa segurança, os dados já consignados anteriormente: não há vínculos ou canais de comunicação entre ONGs e redes de ensino na visão de 50% dos entrevistados. 33,2% afirmam que há relação entre as ONGs apenas com as escolas e não com as respectivas redes ou sistemas de educação. Mesmo assim, metade dessas respostas considera que o diálogo com as escolas tem sido muito dificultado por diretores e professores, fechados ao diálogo. A outra metade considera que quando há o diálogo entre escolas e ONGs, este acontece, na grande maioria dos casos, com pais e alunos e apenas, em um quarto das situações, viabilizado pelos diretores e funcionários dessas instituições.

16,6% dos dirigentes de ONGs ratificam o que já haviam afirmado anteriormente, quando se referiam às escolas públicas como instâncias burocráticas e fechadas. O mesmo se aplica às redes ou sistemas de ensino. O que tem dificultado a consolidação dessas parcerias, em certa medida, é a falta de projetos e regras claras para o estabelecimento das mesmas. Há grande dificuldade para a ampliação das negociações entre Estado e sociedade civil.

Para um número menor de dirigentes (8,3%), alguns aspectos sobre a relação entre ONGs e Estado caracterizam

uma relação de dependência deste com aquelas, pois tanto a escola como as próprias secretarias estaduais de educação precisam do trabalho das ONGs "porque eles não têm saída" ou porque "têm os braços amarrados", ou, da mesma forma, "porque não há recursos nem formação de professores suficiente". Apenas 8,3% dos entrevistados entendem que as secretarias são favoráveis às parcerias. 4,2% das respostas consideram que as ONGs podem contribuir "fazendo o que o sistema não pode fazer" e, também, que não existe uma lógica linear na relação entre Estado e Organizações Não Governamentais, pois, dependendo do contexto e da experiência e, sobretudo, dos sujeitos envolvidos, às vezes as relações são muito próximas e, outras vezes, muito distantes.

 Considerações finais

Uma relação em construção

Ao iniciarmos estas considerações finais, reiteramos a nossa tentativa de enfatizar, neste trabalho, o problema da relação entre as ONGs e as escolas públicas e as respectivas redes ou sistemas de ensino, na visão dos dirigentes das Organizações Não Governamentais.

Reconhecemos que mais do que conclusões passíveis de generalizações, ao sabor dos mais nobres objetivos da ciência, objetivamos oferecer alguns indicadores, muito pontuais, sobre as nossas descobertas. Esperamos que eles contribuam para as nossas reflexões sobre a referida relação entre ONGs e escolas públicas. No entanto, reconhecemos os limites desta investigação, sobretudo se vista a partir de outros contextos e temporalidades, pois o nosso trabalho é datado e bem localizado: refere-se a uma pesquisa realizada no estado de São Paulo, no período de 1999 a 2002, e guarda, como isso, suas especificidades educacionais, culturais, sociais, políticas, econômicas etc.

As considerações que seguem servirão, muito provavelmente, para que possamos dar continuidade às nossas reflexões e às novas problematizações sobre o tema, validando-se como referências para estudos comparativos, aos quais, certamente, poderemos também nos dedicar a partir daqui.

Durante a nossa pesquisa, fomos descobrindo as próprias categorias que acabaram servindo como referenciais de registro e sistematização das nossas perguntas e de organização das respostas às nossas entrevistas. Isso confirmou a metodologia de pesquisa que adotamos, que se fundamenta no universo de princípios político-pedagógicos desenvolvidos pelo educador Paulo Freire, pois, antes de oferecermos instrumentos de pesquisa, de análise, de sistematização e interpretação dos dados, procuramos ler na realidade pesquisada os próprios indicadores que a investigação foi nos oferecendo. "Ler o mundo", neste trabalho, representou a abertura para que formulássemos perguntas que realmente dialogassem com a realidade pesquisada. E, por conseguinte, permitiu-nos adotar categorias de análise e de interpretação que fossem surgindo da leitura do contexto em que nos inserimos nesta investigação, levando em conta a nossa experiência educacional e também as nossas vivências pessoais e profissionais, acumuladas em nossa própria história.

A primeira categoria à qual chegamos, que consideramos fundamental para responder ao problema formulado, foi a relacionada às fontes de **recursos das ONGs**, ou seja, à questão do financiamento.

A maioria dos dirigentes das organizações pesquisadas nos mostrou que aquelas associações buscam recursos em variadas fontes e têm feito um verdadeiro "exercício de economia" para dar continuidade às suas atividades. Mesmo considerando o significativo crescimento do número das ONGs no país nos últimos anos, principalmente na área educacional, tais organizações, para funcionar, têm contado com a utilização de trabalho voluntário, em condições que não conseguimos estudar nos limites de nossa

pesquisa, bem como com doações de pessoas físicas, de diferentes fundações e também com recursos vindos dos organismos públicos.

Observamos, por exemplo, que as "grandes ONGs", ou seja, aquelas com uma infraestrutura ampliada, com quadros profissionais amplos, nos aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos, devidamente legalizadas e institucionalizadas, e que conseguem cumprir melhor as exigências legais para receber os títulos "públicos" que lhes permitem acesso a maiores recursos, têm conseguido captar maiores verbas e têm tido atuações mais globalizadas, mais gerais. As ONGs mais "jovens", nesses mesmos aspectos, não conseguem acessar com a mesma facilidade os mesmos recursos. De toda forma, a maioria delas – cerca de 75% – funciona com recursos públicos nacionais (66,4%) e internacionais (8,3%).

As ONGs recebem também recursos privados, em menor escala – cerca de 18% –, mas, destes, predominam igualmente a origem nacional dos mesmos, significando 75% de recursos nacionais e 25% internacionais.

Nota-se, de qualquer forma, que tais recursos são resultado não só de captação por iniciativa das próprias ONGs, quando, principalmente, prestam serviços, mas são oriundos de parcerias demandadas pelo Estado, já que este não tem conseguido, conforme já vimos, dar conta das demandas educacionais às quais já temos nos referido anteriormente, razão pela qual recorrem, num crescendo, à sociedade civil organizada para o desenvolvimento dos seus projetos. E isso, conforme pudemos auscultar nas entrevistas realizadas, tem sido predominante e crescente em nosso país. Muitas dificuldades existem e continuam, mas aos poucos se repetem iniciativas, tanto da sociedade

civil quanto do Estado, para ampliar as referidas parcerias. Importante frisar que, de acordo com o que entendemos, a educação é responsabilidade do poder público, é dever do Estado, o que também se confirma na visão de financiamento por parte dos dirigentes das ONGs.

Quanto à **concepção de parceria**, ficou claro para nós que os dirigentes das ONGs entendem que as parcerias entre elas e as escolas públicas ajudam mas não resolvem os inúmeros problemas destas. Ou seja, a parceria tem sido bem-vista e bem-vinda pelas escolas, sobretudo pelos pais de alunos, pela comunidade escolar, e menos pelos diretores, docentes e funcionários das instituições educacionais que, principalmente no início dos contatos, resistem às aproximações das ONGs, por diferentes motivos. Os motivos mais frequentes para tais resistências são: medo de perder a "autonomia", ou de desobrigarem o Estado de suas obrigações com a educação e, por conseguinte, fortalecer a ideia de que, contando com as ONGs, estariam reforçando o ideário neoliberal, entre outras justificativas já citadas anteriormente.

De qualquer forma, percebe-se a contribuição quase sempre positiva das ONGs, de acordo com a visão dos seus dirigentes, pois os mesmos se referem ao fato de que, com o estabelecimento e consolidação das parcerias, têm observado nas escolas que há uma elevação da autoestima das diferentes pessoas que lá convivem, estudam, trabalham, bem como, reconhecidamente, constatam um acréscimo na participação da comunidade escolar nas escolas, fato, certamente, incentivado pelas Organizações Não Governamentais. Poucos dirigentes arriscam afirmar que tais parcerias poderiam ser a solução para os problemas da escola pública. Apenas dois

deles – que merecem nota – consideram que as parcerias poderiam ajudar na criação de novas políticas públicas e de práticas mais ousadas, que motivassem inovações nas atividades desenvolvidas pelas escolas.

Nesse sentido, lembramos que Paulo Freire foi, em sua experiência como educador e gestor educacional, um dos pioneiros no sentido de potencializar e incentivar o trabalho das Organizações Não Governamentais, por exemplo, durante sua gestão à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, de 1989 a 1991, quando criou o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), experiência marcante que concretizou inúmeras parcerias com os movimentos sociais da cidade. Certamente, há indicações, também, de que as parcerias podem ter um caráter paternalista, transmissor, até mesmo autoritário. Mas, no geral, observamos a visão positiva das mesmas, pois, de diferentes ângulos, percebemos uma concepção de parceria aberta ao diálogo entre sociedade civil e Estado, não doadora e, sim, problematizadora e incentivadora da participação da comunidade, num movimento dinâmico.

Por fim, no que se refere a esta categorização, podemos inferir que os dirigentes das ONGs falam do contexto em que se encontram, ou seja, de um contexto local que, de certa forma, não permite que avancem numa visão mais ampliada de política educacional, de forma que os projetos de parceria que desenvolvem possam contribuir mais com as políticas públicas numa visão mais global.

Dificuldades são também muito presentes, quando estudamos a relação das ONGs com as escolas públicas. As mais marcantes, que são reiterativas e ganham

lugar privilegiado nos quadros das nossas tabulações, referem-se à estrutura burocrática, verticalizada e "tradicional" das escolas públicas. Há quem diga que não se trata apenas da escola pública, mas sim da educação escolar. No entanto, esta é uma única voz que pudemos constatar entre os dirigentes das ONGs.

Problemas que também dificultam as parcerias citadas referem-se ao desprezo, nas escolas, por debates entre os profissionais da educação, educandos e comunidades escolares, sobretudo quando diretores de escolas e professores são fechados ao diálogo. Outra dificuldade é o abandono da escola, o que não é novidade para os dirigentes das ONGs. Por fim, a desvalorização do próprio Estado em relação à qualidade social da educação, o descaso dos governos para com ela e a crise educacional ampla são fatores complicadores das próprias parcerias, pois criam um clima de aparente desinteresse geral.

Há, no entanto, perspectivas de solução, apesar desses problemas. A solução, que virá a longo prazo, é considerada de responsabilidade da família, do Estado, das escolas; enfim, de toda a sociedade, que, organizada, poderia superar problemas tais como o referido descaso, os baixos salários, a alta rotatividade dos profissionais da educação e a concepção transmissora do saber que os dirigentes das ONGs ainda percebem nas escolas. Certamente, consideram um trabalho coletivo que demanda muita iniciativa das escolas e também da abertura delas e dos respectivos governos – redes e sistemas educacionais não isolados das demais instâncias de decisão governamental.

Como síntese dos **aspectos facilitadores** da relação entre escolas públicas e ONGs, apresenta-se, conforme já citamos, o interesse dos pais e das comunidades escolares,

com a aproximação destas organizações que têm contribuído para a melhoria da qualidade social da educação, muitas vezes oferecendo cursos, oficinas, materiais; enfim, mesmo com atividades no mais das vezes pontuais. Há uma expectativa de que sejam atividades mais frequentes, de fundo, com prazos de intervenção mais alongados, o que nem sempre depende apenas das ONGs, mas, sim, das próprias agências financiadoras desses projetos que, públicas ou privadas, acabam demandando resultados em prazos menores do que aqueles que efetivamente garantiriam maior qualidade dos serviços educacionais oferecidos tanto pelas Organizações Não Governamentais quanto pelas próprias escolas.

Outros aspectos positivos das referidas parcerias, que merecem nota e a nossa ênfase, é o fato de que as ONGs acabam aproximando as universidades das escolas e não o contrário, como se poderia supor, além de facilitar o acesso de escolas de municípios menores aos serviços prestados pelas próprias associações civis. Há uma confiança explícita no trabalho das mesmas e um crescendo nessas iniciativas, o que vem sendo ultimamente mais favorecido, inclusive, para todos os níveis e âmbitos educacionais, pelos Fóruns Mundiais de Educação, desde o Fórum de Porto Alegre, em 2001, antecedido pela Cúpula Mundial de Educação, que aconteceu em Dakar no ano de 2000. Tais movimentos têm fortalecido as parcerias entre as ONGs e as escolas, entre a sociedade civil e o Estado.

Quanto à visão de escola pública dos dirigentes das ONGs, prevalece ainda uma constatação que mostra professores mal preparados, estruturas físicas inadequadas, ausência de diálogo interno na escola, também com as Organizações Não Governamentais, e uma crise

da educação largamente anunciada, como vimos acima. Faltam canais de comunicação e há uma grande dificuldade dessas organizações se aproximarem das redes ou dos sistemas de educação. Isso dificulta muito as parcerias que tanto poderiam contribuir, num plano mais abrangente e menos localizado, para a melhoria da escola pública e da educação em geral, sempre considerando que as ONGs não podem fazer o que o Estado não faz, mas, sim, contribuir de forma cada vez mais presente para que a qualidade social da educação possa se efetivar e se fortalecer, quanto mais fortalecida esteja a compreensão, no mundo atual, do próprio papel que o Terceiro Setor tem em relação à educação e à sociedade, de forma geral.

Como afirma o professor Moacir Gadotti, ao sistematizar uma pesquisa sobre as "Organizações dos Educadores e suas Propostas",

[...] nos últimos anos, tenho repetido, com muita frequência, que uma transformação necessária da educação nacional precisa juntar, antes de mais nada, as forças que até agora lutaram por uma educação para todos, democrática e de boa qualidade, situem-se elas no ensino público ou não. (1993, p. 57).

O que vemos hoje nesse campo de "forças" educativas, em sua maioria, é que elas são organizações formadas por profissionais da educação e áreas afins, onde alguns continuam sua proposta de luta em relação à mudança, enquanto outros se curvam ao neoliberalismo, distanciando-se das propostas iniciais da sua organização. Instituições que muito já fizeram em outros tempos encontram-se, hoje, numa inércia geral, ao invés de lutar

e mobilizar a sociedade civil em torno dos projetos nos quais acreditam. Ainda, segundo Moacir Gadotti (1993, p. 58), "qualquer mudança significativa e duradoura será resultado do esforço coletivo, para o qual contribuem as escolas de todos os graus, os profissionais da área e afins, suas entidades e demais segmentos da sociedade". O que faz com que um governo seja mais participativo são as lutas e pressões da sociedade.

Vivemos em uma sociedade que tem gerado um aprofundamento da pobreza sem precedentes. Estamos numa profunda recessão: o desemprego aumenta e a situação das camadas mais pobres está cada vez mais crítica. Existe por trás de tudo isso, um discurso que afirma que o Estado está se sentindo impotente, que não é mais capaz de assumir seu papel redistribuidor de renda e de disciplinar a ação do mercado para garantir que todos tenham o direito aos serviços públicos de saúde, educação, moradia, transporte etc. É nesse contexto que o chamado "Terceiro Setor" vem assumindo cada vez mais a sua "responsabilidade social".

Por outro lado, estamos evoluindo para uma sociedade intensiva em conhecimento. Não há, na história humana, nenhum momento de aceleração tão intenso como o que estamos vivendo hoje. Ao mesmo tempo em que a exigência de conhecimento se torna radicalmente maior pelo mercado de trabalho, surgem também meios técnicos para se enfrentar esses novos desafios do conhecimento. Há uma mudança qualitativa na forma como se trabalha o conhecimento, e a educação precisa abrir os horizontes para as transformações novas que estão surgindo.

Observamos, no decorrer desta pesquisa, evidências

de que as escolas públicas sentem dificuldade de acompanhar a evolução da sociedade. Em grande parte, o problema está no fato de que dependem do Estado para se manter, e este não cumpre com sua função que é garantir uma educação com "qualidade" social para todos. Esse é um dos motivos que provoca o aumento das demandas pelas ONGs na educação. Sistemas e unidades escolares, ao procurarem uma ONG, esperam viabilizar ações através de projetos de parcerias que poderiam ser assumidos pelo Estado.

Algumas ONGs captam recursos nas empresas privadas e organizações financiadoras e passam a apoiar os projetos das escolas públicas ou a desenvolver seus próprios projetos sem a interferência do Estado. Algumas buscam uma relação mais parceira, mais dialógica com as escolas e o Estado para a concepção, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos financiados pelo setor privado e também pelo setor público. Outras fazem parcerias com o próprio Estado, dependendo exclusivamente dos recursos públicos. Em todos os casos apresentados, é fundamental para as ONGs garantir que seus princípios, objetivos, missão, sejam respeitados nas parcerias, contratos ou convênios.

Para a escola pública, é importante conhecer seus parceiros, pois, muitas vezes, ela escolhe ou aceita o parceiro sem nenhum critério. Isso resulta em problemas, especialmente decorrentes do fato de situações em que os dois lados não estão em sintonia de objetivos a alcançar.

As ONGs não são um bloco homogêneo. Embora nossa pesquisa tenha sido realizada junto a ONGs que apresentam um caráter propositivo, positivo e inovador da relação entre as ONGs e as escolas públicas, existem

também ONGs que têm uma concepção conservadora das relações sociais e humanas e outras que se comportam como empresas, inserindo-se na lógica do mercado. Estas últimas buscam recursos públicos apenas para a sua própria manutenção e expansão. Em vista disso, é preciso distinguir no campo complexo das ONGs, aquelas que têm um verdadeiro compromisso com um "outro mundo possível" e aquelas que têm compromisso apenas com a manutenção do "status quo" do mundo no qual vivemos. Trabalhar nessa direção é a nossa permanente intenção, visando à reversão processual, mas permanente, do quadro de exclusão social, pobreza e miséria com o qual ainda convivemos. E a aproximação entre Estado, sociedade civil e escola pública, em diálogo aberto e permanente, numa relação aberta e cada vez mais propositiva, contribuirá para o alcance da justiça social que tanto ONGs quanto as escolas públicas, e todo o poder público, coletivamente, almejam alcançar.



ABONG. *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

_____. *Manual de fundos públicos: controle social e acesso aos recursos públicos*. São Paulo, 2002. (Desenvolvimento Institucional).

_____. *ONGs identidades e desafios atuais*. São Paulo: Autores Associados, 2000a. (Cadernos da Abong, 27).

_____. *ONGs no Brasil: Perfil e Catálogo das Associadas à Abong*. São Paulo, 2002b. (Desenvolvimento Institucional).

ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: Publicação da Anpocs, São Paulo, ano 10, n. 27, p. 18-27, fev. 1995.

ARRUDA, M. ONGs e o Banco Mundial: É possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, I.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez/PUC-SP/Ação Educativa, 1996.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/lein9394.pdf>>.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e institui e disciplina o termo de Parceria. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 mar. 1999. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109501/lei-9790-99>>

CACCIA BAVA, Silvio; BENEVIDES, M. Vitória; DANIEL, Celso; VILLAS-BOAS, Renata (Org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Instituto Pólis, 1994. (Revistas Pólis, 14).

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Nanci Valadares de. *1945 – autogestão: o nascimento das ONGs*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CENPEC, Instituto Ethos. O que as empresas podem fazer pela educação. Autores diversos. São Paulo. CENPEC/ Instituto ETHOS, 1999.

CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento humano e educação: o papel da ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1996. (Coleção Prospectiva).

FERNANDES, Rubem Cesar. O que é Terceiro Setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 25-33.

_____. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____; CARNEIRO, Leandro Piquet. *ONGs anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa do ISER, 1991.

_____; LANDIM, Leilah. *Um perfil das ONGs no Brasil*. Comunicações do Iser, Rio de Janeiro, ano 5, n. 22, nov. 1986.

- _____. et al. *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: gife Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993. (Questões da nossa época, 23).
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1981.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e compromisso*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1992.
- _____. *Organização do trabalho na escola*. São Paulo: Ática, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. *Organizações não governamentais: a modernidade da participação social brasileira*. Campinas: Unicamp, 1994. (Cidadania, 3).
- _____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões da nossa época, 71).
- GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HADDAD, Sérgio. *ONGs e universidades*. São Paulo: Abong, 2002.
- IOSCHPE, Evelyn et al. *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- JOMTIEN. *Declaração mundial sobre Educação para Todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Brasília, DF: Unicef, 1990.
- KOGA, Dirce Harue Ueno. *O tecer-se das ONGs*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- LANDIM, Leilah. *ONGs e Estado na América Latina*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- _____. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

- LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (Org.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MENEZES, José Eugênio de Oliveira. *As organizações não-governamentais e seus sistemas de simbologia política*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- MEREGE, L. C.; BARBOSA, M. N. L. *3º setor: reflexões sobre o marco legal*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTENEGRO, Thereza. *O que é ONG*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: Fase, 1994.
- POCHMANN, Marcio (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: Novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Cortez, 2002.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o governo municipal da cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina: a experiência do MOVA-SP – 1989-1992*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações não governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. *São Paulo em Perspectiva*: Revista da Fundação Seade, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 6-14, jul./set. 1994.
- _____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. ONGs na América Latina: Trajetória e perfil. In: _____ et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVEIRA, Luis Henrique (Org.). *II Fórum Social Mundial: impressões*. Porto Alegre: Corag, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SOCZEK, Daniel. *ONGs e democracia: metamorfoses de um paradigma em construção*. Curitiba: Juruá, 2007.

SOUZA, Herbert de. As ONGs na década de 90. *Políticas governamentais*: Revista do Ibase, Rio de Janeiro, ano 7, n. 68, p. 20-24, abr./maio 1991.

_____. As ONGs na década de 90. In: DESENVOLVIMENTO, Cooperação Internacional e as ONGs. Rio de Janeiro: Ibase/PNUD, 1992.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global*: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

TENÓRIO, Fernando (Org.). *Gestão de ONGs*: principais funções gerenciais. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

UNICEF. Educação para todos e as ONGs: contribuições e desafios de Jomtien. *Contexto e Educação*: Revista da Unijuí, Ijuí, ano 7, n. 26, 1992.

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira,
das 9 às 18h e, aos sábados, das 9 às 13h.

Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | Alto da Lapa

05061-100 | São Paulo | SP | Brasil

T/F: 11 3021 1168

editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org

www.paulofreire.org

As ONGs Organizações Não Governamentais têm tido um papel cada vez mais significativo na defesa do direito à educação e na melhoria da escola pública. Nesse contexto, surgem várias questões, objeto deste trabalho: a quem cabe a responsabilidade pela educação no país? Como as ONGs se relacionam com a escola pública? Como participam da vida escolar? Onde elas entram, em que ações? Qual é o resultado dessa relação? Que falhas estão ocorrendo para justificar a interferência das ONGs nesse setor? Que concepção de educação pode surgir desse novo contexto de parceria entre as ONGs e a escola pública?

Servindo-se de dados coletados em pesquisa realizada no estado de São Paulo, Salete Valesan Camba responde a essas questões, sob o ponto de vista de dirigentes das ONGs. *ONGs e escolas públicas: uma relação em construção* mostra como as parcerias estão se construindo e possibilitando o envolvimento cada vez maior da sociedade na democratização e na qualidade da educação.

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire



da
ey
ed
efie
justi
peda